

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA**

Mariana Dalla-Lana

**ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS
EGRESSOS DO CURSO DE NUTRIÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Porto Alegre - RS
2010**

Mariana Dalla-Lana

**ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS
EGRESSOS DO CURSO DE NUTRIÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Trabalho de conclusão de curso de
Especialização apresentado ao
Programa de Pós Graduação *lato
sensu* da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial
para a obtenção do título de
Especialista em Saúde Pública.**

Orientadora: Prof. Dra. Maurem Ramos

Porto Alegre - RS

2010

RESUMO

O reconhecimento da formação do profissional nutricionista ocorreu em 1962. Até a década de 70, esta formação manteve-se restrita, com apenas 7 cursos, passando a partir daí, com a reforma universitária em 1968, por um intenso crescimento, e um conseqüente aumento de vagas e criação de novas faculdades. O curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi aprovado em 1999, tendo sua primeira turma de formandos em 2003/2. Isso reflete que os egressos deste curso possuem apenas sete anos de exercício profissional. O objetivo deste estudo foi conhecer a situação profissional dos egressos do curso de Nutrição da UFRGS desde 2003/2. Trata-se de um estudo descritivo quanti-qualitativo com aplicação de questionários a todos os egressos encontrados do curso de Nutrição da UFRGS desde 2003/2, e, também, com a realização de discussão em grupo focal. Resultados dos questionários: 77% dos egressos com cursos de pós-graduação concluídos ou em curso, destes, 40% ingressaram em Mestrado; 66% atuando na área, 17% em consultório privado e 13% em alimentação escolar; 43% são empregados ou servidores públicos (CLT e Estatutário), 28% trabalham 40h/semana, 28% recebem de R\$ 2001,00 à 2500,00. Observou-se um alto índice de ingresso a programas de Mestrado, a ascensão da alimentação escolar como campo de atuação, alto índice de empregados ou servidores públicos entre os respondentes do questionário e atuantes, os participantes do grupo focal não reconheceram sua formação acadêmica para o Sistema Único de Saúde e manifestaram que há poucas vagas para nutricionista na atenção primária neste sistema.

UNITERMOS: nutricionista, exercício profissional, área de atuação profissional, saúde pública, recursos humanos em nutrição, nutrição em saúde pública.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Modalidades de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> e <i>Stricto Sensu</i> concluídas ou em curso.....	28
Tabela 2 – Motivos para a não realização de curso de Pós-Graduação.....	30
Tabela 3 – Motivos para a não atuação na profissão.....	30
Tabela 4 – Principais atividades desenvolvidas pelas nutricionistas atuantes.....	31
Tabela 5 – Vínculo Empregatício.....	33
Tabela 6 – Jornada de Trabalho.....	34
Tabela 7 – Faixas Salariais.....	35
Tabela 8 – Motivos para a satisfação parcial ou insatisfação nas atuais condições de trabalho.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Realização de curso de Pós-Graduação.....	28
Gráfico 2 – Atuação na Profissão.....	30
Gráfico 3 – Realização Profissional.....	35
Gráfico 4 – Satisfação nas condições de trabalho.....	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	09
2.1 Um breve histórico da formação superior do nutricionista até a atualidade	09
2.2 As principais áreas de atuação do nutricionista	15
2.2.1 Alimentação Coletiva	15
2.2.2 Nutrição Clínica	18
2.2.3 Saúde Coletiva	19
3 OBJETIVOS	24
3.1 Objetivo Geral	24
3.2 Objetivos Específicos	24
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
4.1 Pesquisa Quantitativa	25
4.2 Pesquisa Qualitativa	26
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO	28
5.1 Quanto a realização de curso de Pós-Graduação	28
5.2 Quanto a atuação profissional	30
5.3 Quanto ao vínculo empregatício	33
5.4 Quanto à jornada de trabalho	33
5.5 Quanto à faixa salarial	34
5.6 Quanto a realização e satisfação profissional	35
6 ANÁLISE DA DISCUSSÃO EM GRUPO FOCAL	37
6.1 Olhares sobre a formação dos professores	37
6.2 Percepções sobre a formação acadêmica	40
6.3 Como se percebe a educação permanente	43
6.4 O trabalho em Nutrição e suas relações na visão das egressas	45
6.5 As opiniões das egressas sobre o nutricionista no Sistema Único de Saúde	50
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
9 ANEXOS	61
9.1 Anexo I	61
9.2 Anexo II	63
9.3 Anexo III	64

1 INTRODUÇÃO

No cenário mundial, a emergência do campo da Nutrição, seja como ciência, política social ou profissão, é um fenômeno recente, ou seja, início do século XX. No Brasil, a nutrição teria emergido no decorrer dos anos 1930-1940, como parte integrante do projeto de modernização da economia brasileira, conduzida pelo chamado Estado Nacional Populista (COIMBRA *et al.*, 1972¹; L'ABBATE, 1988²; VASCONCELOS, 1988³; LIMA, 1997⁴; MAGALHÃES, 1997⁵ *apud* VASCONCELOS, 2002). Os nutricionistas foram absorvidos, primeiramente, pelos hospitais e órgãos públicos de fornecimento de refeições a trabalhadores, a exemplo do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), nos anos 40. Portanto, podemos dizer que foram duas as funções originais do profissional: elaboração e orientação dietética como elemento da atenção à Saúde e administração de serviços de alimentação (BOSI, 1996).

O reconhecimento da formação superior do profissional nutricionista ocorreu em 19 de outubro de 1962, através do Parecer nº 265 do Conselho Federal de Educação, estabelecendo o primeiro currículo mínimo e fixando a duração em três anos (TOLOZA, 2003).

Até a década de setenta (do século XX), a formação do nutricionista manteve-se restrita, com apenas sete cursos, passando a partir daí, com a reforma universitária instituída pela Lei nº 5.540 de 1968, por um intenso crescimento, e um consequente aumento de vagas e criação de novos cursos de Nutrição (TOLOZA, 2003; CALADO, 2004). Justifica-se tal aumento, também, pela implementação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), em 1976, que fazia parte do II Programa de Alimentação e Nutrição (PRONAN) desenvolvido sob a coordenação do então Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde. O II PRONAN tinha como uma das diretrizes estimular o processo de formação e capacitação de recursos humanos em Nutrição, no período de 1975-1981, o que resultou em um assustador aumento de cerca de 443% de cursos existentes no país. (VASCONCELOS, 2002).

O nutricionista como profissional teve sua regulamentação pela Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967, a qual foi substituída em 17 de setembro de 1991 pela Lei nº 8.234, a qual determina entre outras providências, as atividades privativas dos

nutricionistas, deixando mais definida a atuação deste profissional. Em 20 de outubro de 1978 foi aprovada a Lei nº 6.583 (publicada no Diário Oficial da União em 24/10/1978), a qual “cria os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, regula o seu funcionamento e dá providências” (VASCONCELOS, 2002).

Fazendo uma retrospectiva da evolução do surgimento de novos cursos de Nutrição, obtemos: na década de 30 a 60, eram 7; na década de 70, surgem 21; na década de 80, 12 e na década de 90 até 1996 (antes de entrar em vigor a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 10/12/1996) surgem 5 cursos. De 1997 a 2002, foram criados 124 novos cursos de Nutrição em todo país (CALADO, 2004); sendo que atualmente existem 293 cursos de Nutrição em Instituições de Ensino Superior cadastradas no Ministério da Educação (MEC, 2010).

A região sul dispõe de 57 cursos de Nutrição, sendo que o Rio Grande do Sul possui 22 cursos (38,6% da região sul). Dos cursos de Nutrição da região sul, 83% são de instituições privadas e no Rio Grande do Sul são 77,2%, ou seja, dos 22 cursos de Nutrição do Rio Grande do Sul, 17 são de instituições privadas e 5 são de instituições públicas federais (MEC, 2010).

O curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi aprovado em 30 de julho de 1999, tendo sua primeira turma de formandos em 2003/2. Isso reflete que, apesar de a profissão ter um histórico mais antigo no Brasil como abordado anteriormente, os egressos deste curso possuem apenas sete anos de exercício profissional. Portanto, é interessante para a instituição de ensino saber como foi e tem sido a inserção dos profissionais nele formados no mercado de trabalho. Será que foram devidamente preparados para concorrer com outros profissionais? A estrutura curricular converge com as exigências das diretrizes curriculares que regem o curso? Qual o grau de satisfação profissional dos egressos do curso? Enfim, há muitas questões em que as respostas podem colaborar para o aperfeiçoamento da formação dos alunos de graduação do curso de Nutrição desta universidade.

Mesmo com o crescimento recente e acelerado do número de cursos de Nutrição pelo Brasil, o número de estudos que investigam a situação profissional dos egressos destes é irrisório. Não há estudos sobre a situação profissional de egressos de cursos de Nutrição de universidades do Rio Grande do Sul, somente de universidades de outros Estados, como São Paulo (GAMBARDELLA, FERREIRA e FRUTUOSO, 2000) , Minas Gerais (RODRIGUES, PERES e WAISSMANN, 2007),

Santa Catarina (ALVES, ROSSI e VASCONCELOS, 2003) e Paraná (GOMES e SALADO, 2008).

¹ COIMBRA, M., MEIRA, J.F.P., STARLING, M.B.L. **Comer e aprender**: uma história de alimentação escolar no Brasil. Belo Horizonte: MEC/INAE, 685p, 1982.

² L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: I. Período de 1940 a 1964. **Revista de Nutrição da PUCCAMP**, Campinas, v.1, n.2, p.87-138, 1988.

³ VASCONCELOS, F.A.G. **A política social de alimentação e nutrição no Brasil**: acumulação de capital e reprodução da fome/desnutrição: do Estado Novo à Nova República. João Pessoa, 1988. 207p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 1988.

⁴ LIMA, E.S. **Gênese e constituição da educação alimentar**: a instauração da norma. São Paulo, 1997. 407p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

⁵ MAGALHÃES, R. **Fome**: uma (re)leitura de Josué Guimarães. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997, 87p.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Um breve histórico da formação superior do nutricionista até a atualidade

Foram muitos os debates e eventos realizados visando analisar e propor modificações acerca da formação do profissional nutricionista no Brasil.

O I Diagnóstico dos Cursos de Nutrição foi apresentado em 1975 no I Seminário Brasileiro dos Cursos de Nutrição, em que surgiu a recomendação de que fosse incrementada a formação do nutricionista através do número de cursos existentes (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, 1991⁶ *apud* COSTA, 1999).

Em 1976, durante o VIII Congresso Brasileiro de Nutricionistas e V Congresso Brasileiro de Nutrição (CONBRAN), foram elaboradas várias recomendações quanto ao ensino de Nutrição, destacando-se as de que fossem obedecidos o Currículo Mínimo estabelecido em 1974, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), e as recomendações da Comissão de Estudos sobre Programas Acadêmicos em Nutrição e Dietética na América Latina - CEPANDAL-73 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, 1991⁶ *apud* COSTA, 1999). Na verdade, as recomendações da CEPANDAL-73 constituíam um parâmetro quantitativo que possibilitava a análise da distribuição da carga horária no currículo por área de conhecimento e setor de estudo (COSTA, 2001).

Em 1981, realizou-se o II Diagnóstico dos Cursos de Nutrição em que foram feitos o levantamento e a análise dos dados referentes aos cursos de Nutrição, discutindo-se a sua expansão, as características do corpo docente e a composição do currículo vigente (YPIRANGA, 1991⁷ *apud* COSTA, 1999). A discussão deste diagnóstico deu-se em 1982 durante o I Seminário Nacional de Avaliação do Ensino de Nutrição, evento considerado o grande feito da década de oitenta em relação à profissão (COSTA, 2001). A partir desta discussão, verificou-se a adoção pelos cursos de um currículo com um “hiato entre o biológico e o social” e com “descompasso entre a teoria e a prática” (COSTA, 2001). Assim, visando a reorganização do currículo, foram elaboradas recomendações relacionadas com os objetivos, as expectativas, os compromissos e com a própria composição curricular, especialmente no que se refere às disciplinas do ciclo profissional. Enfatizavam-se

nelas o caráter generalista da profissão, a integração teoria-prática, a necessidade do desenvolvimento da percepção crítica do aluno, além da necessidade de articulação dos conhecimentos biológico, econômico, político e social dentro das disciplinas e do curso como um todo (COSTA, 2001). Complementando a afirmativa, Brasil, (1983, p. 159)⁸ *apud* COSTA (2001) reforça:

Que o currículo expresse as necessidades da sociedade em termos de maior participação quantitativa e qualitativa do nutricionista na solução de problemas nutricionais e alimentares a nível individual, institucional e social.

Em 1982, durante o IX Congresso Brasileiro de Nutricionistas e VI Congresso Brasileiro de Nutrição (COBRAN), criou-se a “Comissão Permanente de Ensino da Federação Brasileira de Nutrição (FEBRAN)”, com a incumbência da elaboração de um “projeto nacional de investigação sobre o perfil profissional do nutricionista” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, 1991⁶ *apud* COSTA, 1999).

A II Reunião Brasileira sobre a Formação do Nutricionista, promovida pela FEBRAN, em 1985, durante o X COBRAN, recomendou a realização de um levantamento das mudanças ocorridas nos cursos de Nutrição a partir dos resultados do Diagnóstico de 1981 e do Seminário de 1982 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, 1991⁶ *apud* COSTA, 2001). Surgiu, então, a proposta de realização do I Encontro Nacional de Entidades de Nutricionistas, o I ENEN, que ocorreu em 1986. Encontravam-se em pauta temas relacionados com o perfil profissional e com o mercado de trabalho, dentre outros interesses dos nutricionistas (COSTA, 2001). Concluiu-se haver a necessidade de redefinição da formação acadêmica, considerando sua importância para a prática do nutricionista, criticada por servir à “manutenção e reprodução das relações sociais vigentes, isto é, atender aos interesses da classe dominante”, conforme descrito no Relatório Final do ENEN (1986, p. 8)⁹ *apud* Costa (2001):

Propõe-se que a prática do nutricionista sirva à transformação da sociedade e à garantia de acesso aos alimentos como direito de todos. Assim, é o papel do nutricionista colocar sua prática a serviço dos interesses da grande maioria da população. Neste sentido, é necessária uma redefinição do seu processo de formação.

Outro momento importante no cenário das discussões sobre a formação do nutricionista aconteceu em 1987, com a realização do Seminário: Formação em Nutrição no Brasil: Ênfase da Graduação e Ênfase na Pós-Graduação, em que prosseguiu a fase de diagnóstico e discussão do ensino em Nutrição (COSTA,

2001). Estudaram-se, nesse evento, “as condições do currículo de graduação em Nutrição”, ou seja, os currículos dos cursos brasileiros, tendo como parâmetro as recomendações da CEPANDAL-73. Fez-se uma atualização dos dados do Diagnóstico de 1981 e verificou-se que os currículos estudados em 1987 pouco se diferenciavam daqueles de 1981-1982, aliás, em relação às recomendações da CEPANDAL, “as distorções aumentaram” (FEBRAN, 1989¹⁰, p. 56 *apud* COSTA, 2001). A partir de informações retiradas do Documento de Avaliação do Seminário, da FEBRAN (1987)¹¹, do Seminário: Formação em Nutrição no Brasil: Ênfase na Graduação (1987) e do Relatório do Grupo de Nutrição Social da FEBRAN (1987)¹², Prado e Abreu (1991) reiteram:

Por várias vezes, nesse processo de discussão, tem sido colocada a necessidade de ser formado um profissional **generalista**, com visão crítica da sociedade, comprometido com as transformações sociais, capaz de atuar em todos os setores onde a questão Saúde se faz presente, exercendo a Ciência da Nutrição (...) através de um prisma multiprofissional e multidisciplinar, de forma a propiciar intervenções conseqüentes e eficazes nos fatores causais, em contraposição ao nutricionista que hoje é formado, um profissional “**genérico**”, com informações compartimentalizadas e superficiais (...) atuando apenas em áreas hospitalares, industriais e de saúde pública e, ainda, a partir do balizamento do nutricionista que se quer formar, vem sendo colocada a sua incompatibilidade com a divisão da Nutrição em áreas com o argumento de que isto na verdade reforça a fragmentação e a dicotomia do que é biológico e do que é social. (grifo meu)

Em 1988, no II ENEN, continuou o debate sobre o perfil profissional e o mercado de trabalho do nutricionista. A preocupação central residia na especificidade da ação profissional, ou seja, na definição das atribuições específicas do nutricionista, como busca de justificativas para a existência do profissional (COSTA, 2001).

A CEPANDAL ficou praticamente desativada durante toda a década de oitenta e voltou à cena em sua IV reunião, em 1991 (COSTA, 2001). Os eixos temáticos da reunião permaneceram os mesmos. Os debates situaram-se em torno dos problemas atuais na formação do nutricionista, das estratégias para dar solução a esses problemas e das recomendações que permitiam fortalecer a formação e projeção deste profissional (COSTA, 2001). A principal conclusão do evento, segundo Ypiranga (1991, p.5)¹³ *apud* Costa (2001), foi a existência de “um descompasso entre teoria e prática na formação do profissional nutricionista”.

Os cursos de Nutrição justificavam suas reformulações curriculares realizadas ao longo da trajetória destes no Brasil pela necessidade de definição do perfil profissional, o atendimento das exigências do mercado de trabalho e a integração do

conhecimento (COSTA, 2001). As reflexões acerca do perfil profissional se apoiavam em questões como *por que, para que, para quem e com o que* formar o nutricionista (COSTA, 2001). Um aspecto importante presente nestas reformulações curriculares era a influência do mercado, conforme é explicitado de forma clara por Costa (2001, p. 112):

Um dos exemplos mais significativos desta influência é o de um curso de uma instituição privada que justificou a necessidade de reformulação pela existência de novas áreas de atuação no mercado de trabalho. Efetuou, para isso, alterações em algumas disciplinas, que evidenciam a desvalorização da área da Saúde Pública, com a redução da carga horária de disciplinas e a valorização daquela considerada pelo curso como uma nova área de atuação profissional.

Costa (2001, p.113) ainda acrescenta:

... as áreas Ciências Sociais e Econômicas, Saúde Pública, e, principalmente, Educação persistem como as mais desvalorizadas nos currículos.

Neste contexto, Costa (2001) relatou que quando existe uma crise de identidade profissional, permite que seu perfil seja moldado pelo mercado de trabalho, que está subordinado ao modo de produção material da sociedade.

Analisando todo este histórico sobre a formação do nutricionista, Bosi (1996) já destacava que o controle sobre o ensino e a formação profissional são apontados como um elemento importante na profissionalização. Bosi (1996) também ressaltava que a identidade profissional é determinada pelo monopólio sobre um conjunto de saberes e habilidades. Não se tratando apenas de possuir um saber, mas de ser esse saber específico e exclusivo, conforme explicitado através das indagações de Bosi (1996, p. 166):

Será que a categoria já refletiu sobre a profundidade e especificidade desse saber? Será que de fato só os nutricionistas pode desenvolver as atividades (...)? E, mais, até onde têm claro, para si mesmos, o que são e o que lhes compete no seu campo profissional?

Enfim, assim como as dificuldades expostas acerca da formação do nutricionista, outras áreas da saúde deparavam-se com alguns problemas similares. As profissões nesta área mobilizaram-se de maneira expressiva quando do debate das *Diretrizes Nacionais Curriculares* (CECCIM e FEUERWERKER, 2004).

Castilho (2001) *apud* Ramos (2008) descreve que para os estudos para implantação das diretrizes curriculares, foi instituída uma Comissão de Especialistas do Ensino em Nutrição que considerou:

- A defasagem entre o currículo mínimo de 1974 e a Lei 8234 de 1991, que regulamentou as atividades dos nutricionistas;
- O desejo da categoria em sanar problemas decorrentes da necessidade de maior integração entre a teoria e a prática, com a finalidade de suprimir esta lacuna;
- A insuficiência de carga horária para a realização de estágios supervisionados;
- A revisão e conteúdos e métodos de ensino dos cursos apontados como inadequados para o mercado de trabalho.

Uma proposta inicial desta comissão deu início a dois eventos para sua discussão: em 1997, o 1º Seminário “Novos Rumos para o Ensino da Nutrição” e, em 1998, a sua segunda edição, patrocinado pelo Conselho Federal de Nutricionistas (CFN). A comissão de especialistas elaborou o documento final que foi disponibilizado para as instituições de ensino superior, por convocação da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC) que, após consulta pública, fora aperfeiçoado e aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) (RAMOS, 2008).

Aprovadas, em sua maioria, entre 2001 e 2002 as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação (exceto Medicina Veterinária, Psicologia, Educação Física e Serviço Social), afirmaram que a formação do profissional deve contemplar o *sistema de saúde vigente no país, o trabalho em equipe e a atenção integral à saúde* (CECCIM e FEUERWERKER, 2004). No seu conjunto, as diretrizes curriculares do curso de graduação em Nutrição contemplam o que a categoria vinha discutindo nos vários eventos destinados a este fim (RAMOS, 2008).

A mobilização do setor saúde para a definição das diretrizes curriculares nacionais correspondeu à preocupação com a consolidação do SUS, mas também correspondeu ao esforço intelectual de romper definitivamente com o paradigma biologicista e medicalizante, hospitalocêntrico e procedimento-centrado, atendendo aos novos desafios da contemporaneidade na produção de conhecimentos e na produção das profissões (CECCIM e FEUERWERKER, 2004).

O curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) teve sua primeira turma de ingressos no ano de 2000 e, pouco tempo depois, já adequava-se às, mencionadas anteriormente, “Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição”, regulamentadas pela Resolução do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior nº 5, de 07 de novembro de 2001, que, dentre outras diretrizes, descreve no Art. nº 5:

Parágrafo único. A formação do nutricionista deve contemplar as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS).

Esta resolução propõe que o perfil do nutricionista egresso seja baseado na formação generalista, humanista e crítica, podendo atuar em todas as áreas do conhecimento em que a Nutrição se apresente fundamental para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001).

A palavra “mercado” não está inserida nesta resolução e reflete a grande disparidade entre as diretrizes e as concepções das reformulações curriculares ocorridas anteriormente nas instituições formadoras. As diretrizes para os novos currículos atendem à política de educação para o SUS cujo conceito de formação para a área da saúde envolve ensino, gestão, atenção e controle social (ERDMANN *et al.*, 2009).

Mesmo com a implementação das diretrizes curriculares, que se apresentaram como solução dos problemas mencionados, existem novos desafios para que elas sejam devidamente cumpridas e eficazes na formação dos novos profissionais. Inicialmente, Banduk, Ruiz-Moreno e Batista (2009) relatam que apesar da vantagem de esta resolução fugir da padronização dos currículos mínimos, os cursos, agora, atravessam um período de adequação, não estando integralmente implantadas as novas propostas.

Costa (2009) indaga, também, sobre o preparo e consciência dos docentes dos cursos de Nutrição da abrangência das competências advindas dos novos papéis a serem desempenhados. Em seu estudo, Costa (2009) pondera que não bastará a elaboração de projetos político-pedagógicos inovadores, se os docentes não estiverem preparados para desenvolvê-los. Se as instituições de ensino de Nutrição reconhecerem o fato de que o professor não foi formado para ensinar, talvez possam contribuir para mudar essa situação, pondo o desenvolvimento

docente como caminho da educação em nutrição, na direção propícia à construção de novos patamares de desempenho profissional na área (COSTA, 2009).

Finalmente, Motta, Oliveira e Boog (2003) descrevem outro grande desafio: as diretrizes curriculares legitimam o nutricionista como um profissional da saúde necessário à consolidação do SUS; no entanto, na prática, o profissional vem sendo marginalizado no sistema. O SUS prioriza a prevenção, a educação nutricional é primordial, mas o nutricionista não tem feito parte da maioria das equipes de saúde dos serviços públicos de assistência primária. Este tema terá maior enfoque no próximo subcapítulo na área de atuação 'Saúde Coletiva'.

2.2 As principais áreas de atuação do nutricionista

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) estabeleceu, na Resolução nº 380/2005, as seguintes áreas de atuação do nutricionista: alimentação coletiva, nutrição clínica, saúde coletiva, docência, indústria de alimentos, nutrição em esportes e marketing na área de alimentação e nutrição.

2.2.1 Alimentação Coletiva

Este campo de atuação do nutricionista constitui: Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), mais popularmente conhecidas como cozinhas industriais, comerciais e hospitalares; alimentação escolar e alimentação do trabalhador, nas empresas participantes do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2005)

As atividades do nutricionista, ligadas à alimentação coletiva, caracterizam-se pelo gerenciamento das atividades relacionadas ao fluxo operacional da produção de refeições, responsabilizando-se por ações que iniciam com o planejamento de cardápios, desdobrando-se com a compra, preparação, distribuição, controle e a garantia de qualidade de todos os procedimentos envolvidos (BERTIN, 2005; PAULA 2009). Suas ações caracterizam-se como um gerente, acumulando a gerência da produção, a gerência da distribuição e a gerência do controle de qualidade, isto é, somente funções de administrar o serviço de alimentação (VIANA, 1996).

Em pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Nutricionistas (2006), em que utilizou uma amostra de 2492 nutricionistas que correspondeu a 95% de nível de confiança e com margem de erro de 1,89%, identificou a segunda maior concentração de nutricionistas nesta área de atuação (34,59%).

Boog, Rodrigues e Silva (1988) realizaram uma pesquisa com uma amostra de 20% dos nutricionistas formados em Nutrição pela PUCCAMP em 1982, 1984, 1985 e 1986 e 100% daqueles formados em 1983; totalizando uma população de 119 nutricionistas. Dentre os resultados, identificaram 55% dos egressos que exercem a profissão na área de alimentação institucional (atual alimentação coletiva), justificando esse resultado pela maior oferta de emprego no mercado de trabalho e com remuneração melhor.

Na segunda fase da pesquisa, Boog, Rodrigues e Silva (1989) fizeram novo levantamento de dados com objetivos distintos, em que a população alvo foi de 80 profissionais localizados na primeira fase da pesquisa. Mais uma vez, comprovaram a maioria dos profissionais atuantes na alimentação coletiva (47,4%). A respeito dessa área de atuação, os autores colocam que as empresas contratantes valorizam muito mais as atividades de controle ao nível burocrático, o profissional não é incentivado a se atualizar tecnicamente e nem chega a desempenhar todas as atividades técnicas inerentes a sua habilitação profissional.

Vasconcelos (1991) traçou um perfil do profissional nutricionista em Florianópolis – SC, no período de março a abril de 1989, a partir de um levantamento de listagens do Conselho Regional de Nutricionista (CRN2), da Associação Catarinense de Nutrição e da Coordenação do Curso de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Do universo de nutricionistas do Estado (105), foram entrevistados 64 (61%), sendo que 18,7% responderam atuar na Administração de Serviços de Alimentação de empresas (atual alimentação coletiva), perfazendo o terceiro lugar na área de atuação destes profissionais.

Prado e Abreu (1991) entrevistaram 102 nutricionistas de uma amostra de nutricionistas inscritos no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN4) e residentes no estado do Rio de Janeiro. Nesta pesquisa, a alimentação coletiva ficou em segundo lugar em concentração de nutricionistas atuantes com 52,7%.

Em pesquisa realizada com egressos do curso de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), a alimentação coletiva ficou em

segundo lugar (31%) na área de atuação (GAMBARDELLA, FERREIRA e FRUTUOSO, 2000).

Já Rodrigues, Peres e Waissmann (2007) investigaram as condições de trabalho e o perfil profissional da população total de graduados no curso de Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto no período de 1994 à 2001, totalizando 356 nutricionistas. Entretanto, somente 25,3% dos questionários retornaram. Embora deva ser olhada com cuidado devido o baixo retorno, a alimentação coletiva, novamente, ficou em segundo lugar na área de atuação com (44%). Nas entrevistas semi-estruturadas realizadas pelos autores, constataram que, em geral, as Unidades de Alimentação e Nutrição foram os primeiros locais de trabalho dos egressos. Através dos relatos, os autores descrevem que os egressos, muitas vezes, eram obrigados a tomar certas atitudes não condizentes com os seus papéis, e mesmo não condizentes com os princípios que regem a ética profissional.

Outra afirmativa exposta pelos autores Rodrigues, Peres e Waissmann (2007), através das respostas obtidas nas entrevistas, é o fato de as atividades exercidas na produção serem essencialmente administrativas, onde a principal preocupação patronal/mercadológica baseava-se na garantia de uma boa margem de lucro para a empresa pela qual é contratado, ao invés de se preocupar em produzir uma alimentação saudável.

Alves, Rossi e Vasconcelos (2003) avaliaram o perfil dos nutricionistas egressos da Universidade Federal de Santa Catarina no período de 1983 à 2000, através do envio de questionários, obtendo 44,2% de adesão à pesquisa. Nesta pesquisa, diferentemente da anterior (VASCONCELOS, 1991), desta vez a alimentação coletiva apareceu em primeiro lugar com 28,9%.

No Paraná, Gomes e Salado (2008) pesquisaram a atuação profissional dos egressos do Curso de Nutrição do Centro Universitário de Maringá no período de 2004 a 2006. Obtiveram 48,4% de adesão e a área de alimentação coletiva obteve o segundo percentual mais alto (31,4%) como área de atuação.

Bosi (1996) já colocava em discussão os papéis desempenhados pelos nutricionistas que trabalhavam em 'produção'. Em sua pesquisa, descreve que a prática não corresponde à de um profissional de Saúde, pois o objeto (Saúde) não é identificado no fazer cotidiano. Além disso, Bosi (1996) notou, nas falas dos entrevistados de sua pesquisa, que é a área que expressa um maior desejo de abandono e maior índice de rejeição. Este sentimento de desprezo e rejeição pela

área também foi evidenciado pelos relatos dos entrevistados por Rodrigues, Peres e Waissmann (2007), nos quais indicam que, quando o profissional adquire certa experiência ou aparece uma oportunidade, ele procura alçar novos vãos, migrando para outras áreas de atuação.

2.2.2 Nutrição Clínica

Segundo a resolução CFN nº 380/2005, neste campo de atuação compete ao nutricionista prestar assistência e educação nutricional a coletividades ou indivíduos enfermos, em nível hospitalar, ambulatorial, domiciliar e em consultórios de nutrição e dietética, visando a prevenção de doenças, promoção, manutenção e recuperação da saúde.

De acordo com Rodrigues, Peres e Waissmann (2007), o 'sonho da clínica', evidenciado nos resultados de suas entrevistas e outras pesquisas, é mais que um resgate histórico do 'ser nutricionista', representa a busca pela autonomia no trabalho. Os mesmos autores observaram que há uma maior porcentagem de trabalhadores autônomos atuando na Nutrição Clínica (65%), indicando que há um número considerável de nutricionistas que trabalham em consultório particular ou com vínculos precários (tipo RPA) em hospitais e clínicas médicas.

Entretanto, o grande problema encontrado pelos entrevistados da pesquisa é a insegurança promovida pela falta de um vínculo trabalhista que lhe garanta amparo, por um salário fixo no final do mês, que lhe permita uma certa tranquilidade (RODRIGUES, PERES e WAISSMANN 2007).

A pesquisa, referida anteriormente, realizada pelo Conselho Federal de Nutricionistas (2006) encontrou o maior percentual de nutricionistas atuando nesta área (43,85%). Este resultado também foi encontrado por: Vasconcelos (1991) – 25%; Prado e Abreu (1991) – 63,5%; Gambardella, Ferreira e Frutuoso (2000) – 36,6%; Rodrigues, Peres e Waissmann (2007) – 67% e Gomes e Salado (2008) – 47,93%.

A expressão 'sonho da clínica' foi, primeiramente exposta por Bosi (1996), sendo largamente utilizada pelos seus entrevistados para refletir a distância a que se encontravam do objetivo. A autora concluiu, com base nas reflexões das entrevistas de sua pesquisa, que a categoria em relação à prática do grupo de nutricionistas clínicas analisado, caracteriza-se claramente como uma semiprofissão do setor

saúde. O dilema vivenciado pela grande maioria das semiprofissões em suas lutas pela profissionalização, segundo Bosi (1996), é encontrar uma área de trabalho na qual possa reivindicar exclusividade e autonomia técnica. O problema é fazê-lo em áreas nas quais as tarefas centrais – diagnóstico e prescrição – estão sob responsabilidade dos médicos. Em resumo, neste espaço é necessário a busca da construção de uma identidade e de uma plena profissionalização para o reconhecimento da clientela e, também, o respeito da categoria dominante (BOSI, 1996).

2.2.3 Saúde Coletiva

Na Resolução n° 380/2005 do CFN, está descrito que compete ao nutricionista, neste campo de atuação, prestar assistência e educação nutricional a coletividades ou indivíduos sadios, ou enfermos, em instituições públicas ou privadas e em consultório de nutrição e dietética, através de ações, programas, pesquisas e eventos, direta ou indiretamente relacionados à alimentação e nutrição, visando à prevenção de doenças, promoção, manutenção e recuperação da saúde. Esta atuação pode ser através de participação em políticas e programas institucionais, atenção básica em saúde e vigilância em saúde (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2005; PAULA, 2009).

O surgimento da vertente social como discurso hegemônico foi na década de 40, com a criação do SAPS. Porém, nos anos 60, houve um retrocesso nas ações voltadas para área social como consequência da queda acentuada de investimentos no setor, ao mesmo tempo que se favorecia o modelo de assistência médica de tipo curativo; segue abaixo a citação de Santos (1988, p. 98-9) *apud* Bosi (1996, p. 125) que descreve esta situação:

Na área da alimentação e nutrição, os representantes da vertente social ou foram banidos do cenário, como Josué de Castro que foi cassado e exilado, ou emudecidos como Dante Costa. A maioria dos representantes desta vertente foi ocupar os espaços acadêmicos... mesmo porque os órgãos estatais criados na década de 40 estavam sendo desmontados, caso dos SAPS extintos em 1967. Naquele momento, os representantes da vertente clínico-laboratorial passam a deter a hegemonia do processo de discussão e produção de conhecimentos sobre alimentação e nutrição.

Apesar da criação, na década de 70, do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e na posterior implantação de uma política no setor, com a criação do I e II Programas Nacionais de Alimentação e Nutrição (PRONAN), em nada favoreceu a investida dos nutricionistas em novos cargos e ações no campo da Saúde Pública (BOSI, 1996). Na verdade, a maioria dos nutricionistas inseridos nestes programas, não ultrapassaram o nível da execução de ações programadas e normatizadas no INAN, onde o profissional não era convidado a opinar (BOSI, 1996).

As concentrações de profissionais atuando neste campo nos estudos pesquisados foram: CFN (2006) – 8,8%; Boog, Rodrigues e Silva (1988) – 6,3%; Vasconcelos (1991) – 10,9%; Prado e Abreu (1991) - 18,9%; Gambardella, Ferreira e Frutuoso (2000) – 7%; Alves, Rossi e Vasconcelos (2003) – 12,6%; Rodrigues, Peres e Waissmann (2007) – 11% e Gomes e Salado (2008) – 8,26%. Nestes estudos, esta área de atuação ficou, na maioria deles, em 4º lugar quanto a concentração de profissionais atuantes.

Em seu estudo, Boog, Rodrigues e Silva (1988) relataram que o baixo número de profissionais nessa área deveria constituir objeto de profunda reflexão para os docentes e para a categoria profissional. Boog, Rodrigues e Silva (1988, p. 144), ainda indagaram:

Os nutricionistas estão se afastando do campo da Saúde Pública? Por que motivos não houve evolução nesta situação (...)? Seria esta uma situação resultante unicamente das más condições de trabalho e de remuneração nos órgãos públicos? (...) Até que ponto os estágios em Saúde Pública oferecidos pela Faculdade contribuem para incentivar ou afastar os futuros profissionais desse campo de trabalho?

Boog, Rodrigues e Silva (1989) constataram, em seu estudo, que aqueles profissionais que estavam exercendo suas funções em Saúde Pública, eram predominantemente em atividades administrativas. Na amostra estudada, todos os nutricionistas que exerciam a profissão nesta área trabalhavam em “merenda escolar”.

Bosi (1996) colocou que se evidenciam alguns elementos que respondem parcialmente às questões formuladas por Boog, Rodrigues e Silva (1988) ao observar a trajetória histórica do profissional na Saúde Pública, descrita sucintamente no início deste subcapítulo, como o crescimento da vertente clínico-laboratorial em detrimento da vertente social, por exemplo.

Vasconcelos (1991) descreveu que a atuação do nutricionista na área de nutrição em saúde pública ocorria eminentemente no âmbito de instituições públicas e identificou dois processos de trabalho distintos: a atuação em Unidades ou Centros de Saúde e a atuação em Programas de Alimentação de Pré-escolares e escolares.

É importante ressaltar que, anteriormente à data da Resolução n° 380/2005 que define as áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, não existia uma subdivisão clara das áreas de atuação e, conforme os parágrafos anteriores, alguns autores consideravam a 'merenda' ou alimentação escolar como parte da área de Nutrição Social ou Saúde Pública. No entanto, na área de atuação Saúde Coletiva propriamente dita, os percentuais antecessores podem estar superestimados; porém é sabido que a alimentação coletiva e a saúde coletiva são áreas com objetivos afins sendo a primeira com ênfase na administração desde a aquisição até a distribuição dos alimentos à sua 'clientela', que deveria obedecer a critérios definidos pelo nutricionista baseando-se em conceitos de uma alimentação saudável, e a segunda com ênfase na educação nutricional de coletividades.

No estudo de Prado e Abreu (1991), os autores concluem que o crescimento dos cursos de Nutrição contribuiu para o crescimento da força de trabalho em Saúde, como um todo, da mesma forma participou do rejuvenescimento dos trabalhadores em Saúde e, finalmente, o crescimento do setor privado na absorção de nutricionistas também se colocou, e de forma a explorá-los com vivacidade acentuada, através das fortes restrições impostas pelo mercado de trabalho. Os autores relatam, ainda, que no Rio de Janeiro essa dinâmica implicou no setor público como responsável, naquele período e naquele Estado, por metade, apenas, dos empregos para os nutricionistas.

Em 2001, surgem as diretrizes curriculares, conforme relatado anteriormente, com o objetivo de formar profissionais da saúde para o Sistema Único de Saúde (SUS). Mesmo com toda a boa intenção das propostas contidas no Plano Político-Pedagógico dos cursos da área da saúde, para formar para o SUS, é importante destacar uma força contrária, de longa data, que tornou o tecnicismo e a forte biologização dos conteúdos como os únicos válidos e significativos para a formação (ERDMANN *et al*, 2009).

Erdmann *et al* (2009) aplicaram um questionário estruturado à 145 estudantes de graduação de cursos da saúde da Universidade Federal de Santa Catarina com o

objetivo de apresentar e discutir aspectos relacionados a formação em relação ao SUS. Os autores pensavam que iriam encontrar diferenças significativas nas respostas, conforme os cursos, sobretudo naqueles que já haviam implantado um novo currículo, voltados para a formação profissional para o SUS. No estudo, ocorreu que a grande maioria dos acadêmicos referiu ter recebido alguma noção sobre o SUS durante a graduação. Mais da metade dos estudantes respondeu que pretendem trabalhar no serviço público de saúde, com exceção dos representantes do curso de Nutrição e grande parte dos de Odontologia. Nas respostas dos alunos referentes a pretensão ou não em trabalhar no SUS, curiosamente, apresentaram paradoxos: para alguns, trabalhar no SUS representa uma fortaleza e fonte de motivação; para outros é, justamente, uma debilidade do sistema.

Considerando que a formação visa à atuação no SUS, seria coerente esperar que os nutricionistas estivessem plenamente inseridos nele, o que, de fato, não acontece. Os hospitais contam mais regularmente com o trabalho do nutricionista, mas a Rede Básica de Saúde a inserção de nutricionistas ainda é incipiente (PÁDUA e BOOG, 2006).

Pádua e Boog (2006), em seu estudo, avaliaram a inserção de nutricionistas nas Redes Básicas de Saúde dos Municípios da região metropolitana de Campinas/SP e apontaram que são vários os fatores dificultadores para a atuação dos nutricionistas das Redes Básicas de Saúde: vínculo concomitante com outros serviços; falta de conhecimentos - não de todos, mas de alguns profissionais – sobre os princípios do SUS e sobre documentos normativos da profissão que poderiam ser tomados como parâmetros para as ações no SUS; visão muito superficial e pouco abalizada teoricamente sobre o significado da educação em saúde, da educação nutricional e, principalmente, das peculiaridades do trabalho que envolvem o trabalho com grupos; necessidade de comprovar competência para ter reconhecido o papel como nutricionista; baixo salário; precárias condições de trabalho. Para os nutricionistas, um fator fortemente facilitador para o exercício do trabalho na Rede Básica de Saúde (RBS) foi a satisfação pelo fato de se sentirem profissionais da saúde. O reconhecimento dos usuários com relação à relevância do seu trabalho, o prestígio de que gozam, na percepção dos entrevistados deste estudo, maior que aquele que têm os nutricionistas que trabalham em outros setores, quer sejam de hospitais ou empresas, fazem crescer a auto-estima desse grupo que atua nos centros de saúde.

Assis *et al* (2002) problematizaram a ausência de nutricionista nas equipes do Programa Saúde da Família. Santos (2005) observou que a falta deste profissional inserido na equipe, abre lacunas para que outros profissionais se apropriem, de forma inadequada ou superficial, do conhecimento sobre nutrição, tentando suprir esta falta, exercendo as funções deste profissional, sem ter o conhecimento aprofundado de alimentação e nutrição.

No entanto, a competência do nutricionista para integrar as equipes de saúde está assegurada em sua formação acadêmica, sendo o único capaz a realizar diagnóstico nutricional da população e propor as devidas orientações dietéticas, adequando-as à realidade de cada unidade familiar (SANTOS, 2005). Este saber é exclusivo e específico, tornando a discussão acerca da inserção e crescimento do nutricionista nesta área de atuação cada vez mais prioritária nos debates sobre os rumos da profissão.

⁶ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO. **Histórico do nutricionista no Brasil, 1939 a 1989:** coletânea de depoimentos e documentos. São Paulo: Atheneu, 1991, 444p.

⁷ YPIRANGA, L. **O nutricionista no Brasil:** contribuição para análise e projeção do nutricionista-dietista na América Latina. In: Reunião da comissão de estudos sobre programas acadêmicos em Nutrição e Dietética da América Latina, 4., 1991, San Juan, Porto Rico. Anais... San Juan, Porto Rico: CEPANDAL, 1991.

⁸ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Ensino Superior. Os cursos de Nutrição no Brasil: evolução, corpo docente e currículo. **Cadernos das Ciências da Saúde**, n.6, Brasília, DF, 1983. 280p.

⁹ ENEN – ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES DE NUTRICIONISTAS. . 1986, Brasília, **Relatório final**. Brasília, 1986. 16p.

¹⁰ ENEN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO. **Seminário Nacional sobre o Ensino de Nutrição**, 2. Goiânia, 1989. 214p.

¹¹ FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO. **Documento de Avaliação do Seminário**. In: Seminário sobre a formação em Nutrição: Ênfase na Graduação, 1987, Salvador. Salvador: 1987, 2p. (mimeografado)

¹² _____. **Relatório do Grupo de Nutrição Social**. In: Seminário sobre a formação em Nutrição: Ênfase na Graduação, 1987, Salvador. Salvador: 1987. 1p. (mimeografado)

¹³ YPIRANGA, L. **Informe sobre a participação brasileira**. Relatório apresentado à ASBRAN e aos cursos de Nutrição do Brasil. In: Reunião da comissão de estudos sobre programas acadêmicos em Nutrição e Dietética da América Latina, 4, 1991. 7p. San Juan – Porto Rico.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Conhecer a situação profissional dos egressos do curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde 2003/2.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar dados dos egressos do curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul a fim de conhecer a situação profissional dos mesmos;
- Conhecer a percepção dos nutricionistas egressos sobre o Sistema Único de Saúde e sua inserção neste;
- Discutir sobre a preparação dos alunos da universidade para o mercado de trabalho e associando com os objetivos das diretrizes curriculares que regem o curso, fazendo, assim, propostas para aprimoramento, se necessário.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O delineamento deste trabalho é um estudo descritivo de abordagem quantitativa com aplicação de questionários estruturados a todos os egressos localizados do curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desde 2003/2, e, também, com a realização de discussão em grupo focal.

Esta última metodologia teve o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre a realidade profissional dos egressos, verificar se há concordância e/ou justificativa para os resultados que foram encontrados com a aplicação dos questionários e, também, conhecer o entendimento do grupo de egressos sobre o Sistema Único de Saúde e sobre a formação que tiveram para a prática profissional.

4.1 PESQUISA QUANTITATIVA

Esta metodologia permite um conhecimento amplo e geral da situação profissional dos sujeitos de pesquisa, através da aplicação de questionários. Seu uso visou mensurar a distribuição destes profissionais nas diferentes áreas de atuação, o grau de satisfação profissional e perspectivas em relação à carreira.

População-alvo

Todos os alunos egressos do curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde 2003/2. A amostra foi constituída por todos os que responderam o instrumento de coleta de dados, totalizando 73 egressos, em um universo de 151 egressos com correio eletrônico localizado.

Instrumento de coleta de dados

Questionário estruturado (vide Anexo I) adaptado de bibliografias pesquisadas (RODRIGUES, 2004). Após a aprovação do piloto, este instrumento foi construído em formato eletrônico, utilizando a ferramenta disponível em Google Docs.

Plano de coleta de dados

Os contatos dos egressos foram requisitados à Coordenação do Curso de Nutrição da UFRGS. A aplicação dos questionários foi via Internet, com o endereço

dos sites encaminhado via endereços eletrônicos dos sujeitos de pesquisa. No questionário (vide Anexo I) há um cabeçalho com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Informado), o qual os egressos clicaram em “concordo”, responderam a pesquisa e enviaram automaticamente via *on-line*. Os dados foram armazenados automaticamente em banco de dados previamente estruturado.

Análise dos dados

Os dados foram tratados através da estatística descritiva, em planilha do Microsoft Excel.

4.2 PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa qualitativa permite explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. A entrevista com grupo focal se caracteriza por ser um debate aberto e acessível a todos: os assuntos em questão são de interesse comum. O grupo focal compreende seis a oito pessoas desconhecidas anteriormente, que se encontram em um ambiente confortável por um tempo entre uma a duas horas (BAUER e GASKELL, 2003).

Amostra

Foram convidadas doze nutricionistas egressas do curso de Nutrição da UFRGS do universo de respondentes dos questionários que concordavam em participar do grupo focal, quando perguntado no questionário *on-line*, sendo que seis egressas constituíram a amostra, sendo selecionadas sob o critério de compatibilidade de horário para o encontro.

Procedimento

Os egressos, selecionados conforme descrição da amostra, foram contatados e convidados a participar do grupo focal. Durante este contato foi combinado data, local e horário. A discussão foi gravada e transcrita, posteriormente, para análise. Os participantes tiveram ciência da gravação, o sigilo de suas identidades foi garantido e a colaboração para a pesquisa foi espontânea, mediante a ciência e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (vide Anexo II).

Análise dos dados

Os dados coletados durante a discussão em grupo focal e após a transcrição das gravações foram analisados através da Análise Textual Discursiva.

A Análise Textual Discursiva é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso (MORAES e GALIAZZI, 2006). Nesta modalidade de análise, as realidades investigadas não são dadas prontas para serem descritas e interpretadas. São incertas e instáveis mostrando que “idéias e teorias não refletem, mas traduzem a realidade (MORAES, 2004¹, p. 199 *apud* MORAES e GALIAZZI, 2006) e porque não pensar que produzem a própria realidade, realidade de discurso sempre em movimento (MORAES e GALIAZZI, 2006). Esta técnica pode ser descrita da seguinte forma:

- *Desmontagem dos textos*: esse passo da análise também pode ser denominado processo de unitarização, no qual o texto gerado é examinado detalhadamente e fragmentado em unidades constituintes ou unidades de análise.
- *Estabelecimento de relações*: também denominado de processo de categorização. Nessa fase da análise há a construção de relações entre as unidades constituintes, combinando-as e classificando-as no sentido de compreender como esses elementos unitários podem ser reunidos em categorias.
- *Captando o novo emergente*: nessa fase há a criação de metatextos que tentam explicitar a compreensão renovada do todo que se apresenta como produto de uma nova combinação dos elementos construídos anteriormente.

¹ MORAES, M. C. **Pensamento eco-sistêmico**: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2004.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

Dos 165 egressos do curso de Nutrição da UFRGS, foram localizados 151 correios eletrônicos, dos quais 73 (48%) retornaram. Nos estudos encontrados de metodologia similar, a adesão foi semelhante: Gambardella, Ferreira e Frutuoso (2000) – 42%; Alves, Rossi e Vasconcelos (2003) – 44,2% e Gomes e Salado (2008) – 48,4%.

5.1 Quanto a realização de curso de Pós-graduação

Dos egressos que responderam o questionário (73), 37% concluíram Pós-Graduação em nível *lato sensu* e *stricto sensu* e 40% estão cursando, totalizando 77% da amostra (vide gráfico 1).

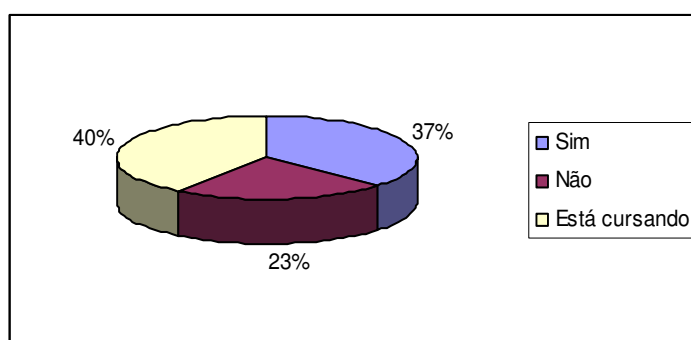


Gráfico 1 – Realização de curso de Pós-graduação

Destes 77%, concluíram ou estão cursando especialização ou residência 53%, mestrado 40% e Doutorado 7%; sendo que esses números não totalizam os 56 que cursaram ou estão cursando Pós-Graduação porque houveram casos em que foram marcados mais de uma opção (vide Tabela 1).

Tabela 1 - Modalidades de Pós-Graduação *Lato sensu* e *Stricto sensu* concluídas ou em curso

	n	%
Especialização / Residência	38	53%
Mestrado	29	40%
Doutorado	5	7%
Pós-Doutorado	0	0%
Total	72	100%

Vasconcelos (1991) entrevistou 64 nutricionistas de Florianópolis / SC, sendo que 68,8% tinham apenas a graduação, 25% tinham especialização, 6,2% eram Mestres.

Gambardella, Ferreira e Frutuoso (2000) encontraram 29,2% dos egressos do curso de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (pesquisaram 89 egressos no total) realizando especialização ou pós-graduação.

Alves, Rossi e Vasconcelos (2003) pesquisaram nutricionistas egressos da Universidade Federal de Santa Catarina (131 no total) e encontraram 61,8% com curso concluído ou cursando Pós-graduação, sendo que 35,8% tinha título de especialista, 16,8% eram Mestres, 9,2% eram Doutores e 38,2% tinham apenas a graduação.

Rodrigues, Peres e Waissmann (2007) encontraram aproximadamente 70% dos nutricionistas egressos respondentes (Universidade Federal de Ouro Preto/MG) com curso de pós graduação *lato sensu* concluído, sendo que 17,8% haviam feito mestrado e 4% doutorado.

Gomes e Salado (2008) estudaram a atuação profissional dos egressos do curso de Nutrição do Centro Universitário de Maringá / PR e, destes, 76,9% cursaram ou estavam cursando pós-graduação *lato sensu* e 3,3% ingressaram no Mestrado. Portanto, assim como achado por Gomes e Salado (2008), nesta pesquisa há um número considerável de egressos cursando ou que cursaram cursos de Especialização.

Nota-se um quantitativo bastante diferente do resultado da pesquisa do CFN (2006), onde apenas 8,9% e 2,3% estavam cursando ou haviam concluído, respectivamente, Mestrado e Doutorado. Evidencia-se, portanto, um índice de ingresso ao Mestrado, em especial, consideravelmente superior do que nos outros estudos pesquisados.

Dentre as razões apontadas pelos egressos que não realizaram nenhum curso de Pós-Graduação, a que obteve maior percentual foi 'falta de dinheiro' (48%), conforme a Tabela 2.

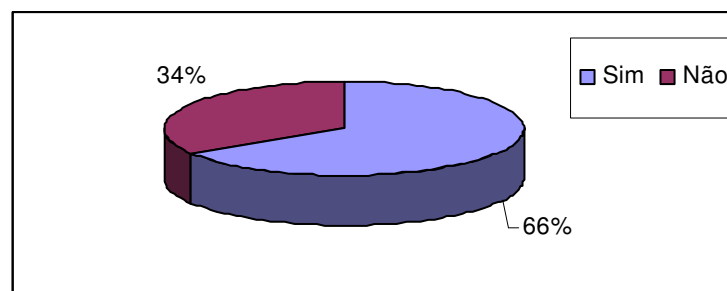
Tabela 2 - Motivos para a não realização de curso de Pós-Graduação

	n	%
Falta de tempo	6	29%
Falta de dinheiro	10	48%
Falta de interesse	4	19%
Outro	1	5%
Total	21	100%

Obs: o total não coincide com o número de egressos que não realizaram Pós-Graduação, porque o item permitia mais de uma marcação.

5.2 Quanto a atuação profissional

Neste estudo, 66% dos egressos respondentes atuam na profissão e 34% não atuam. Sendo que a principal justificativa daqueles que não atuam é a troca de área de atuação, apesar de terem atuado por algum tempo (21%) e, também, a pouca experiência por serem recém-formados (21%) (vide tabela 3). Resultado semelhante do encontrado por Boog, Rodrigues e Silva (1988) que estudaram os egressos do curso de Nutrição da PUCCAMP (119) e encontraram 68,9% exercendo a atividade, sendo que daqueles que não exerciam mais. A maioria (52,6%) exerceu por um tempo e abandonou a profissão.

**Gráfico 2** - Atuação na Profissão**Tabela 3** - Motivos para a não atuação na profissão

	n	%
Possui emprego em outra área	5	13%
Recém-formado (pouca experiência)	8	21%
Oportunidades não atrativas	3	8%
Atuou por um período e acabou trocando de área	8	21%
Falta de oferta de emprego na área	7	18%
Bolsa exclusividade Mestrado/Doutorado	6	15%
Outro	2	5%
Total	39	100%

Obs: o total não coincide com o número de egressos que não atuam na profissão, porque o item permitia mais de uma marcação.

Prado e Abreu (1991) entrevistaram 102 nutricionistas do Estado do Rio de Janeiro, encontraram 78% atuando na área e 22% não exercendo a profissão. Gambardella, Ferreira e Frutuoso observaram 79,8% trabalhando na área e 14,6% não trabalhando na área em São Paulo. Alves, Rossi e Vasconcelos (2003) encontraram o maior percentual de egressos atuantes na área em Florianópolis, 84,7%.

No Paraná, Gomes e Salado (2008) obtiveram 79,3% dos egressos exercendo a profissão, 20,7% não exercendo e 7,4% dos que não exerciam já haviam atuado na área. O principal motivo para a não atuação na área por parte dos entrevistados destes autores foi a falta de oportunidade de trabalho (62,5%).

Ao saber que os egressos mais antigos da UFRGS possuem apenas 7 anos de graduação, certifica-se que a resposta dos egressos em relação a pouca experiência, como motivo para não atuação, é procedente.

Conforme já citado anteriormente neste trabalho, outros estudos também encontraram a Nutrição Clínica como principal área de atuação: CFN (2006) – 43,85%; Vasconcelos (1991) – 25%; Prado e Abreu (1991) – 63,5%; Gambardella, Ferreira e Frutuoso (2000) – 36,6%; Rodrigues, Peres e Waissmann (2007) – 67% e Gomes e Salado (2008) – 47,93%.

As principais atividades desenvolvidas pelos egressos atuantes na profissão foram: consultório privado (17%), alimentação escolar (13%), atendimento domiciliar privado / personal diet (11%) e Rede Básica de Saúde (Municipal) (6%), conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Principais atividades desenvolvidas pelas nutricionistas atuantes

	n	%
UAN hospital público (auto-gestão)	1	1%
UAN empresa terceirizada	1	1%
Restaurantes comerciais.	2	2%
Alimentação escolar	11	13%
Clube esportivo / Nutrição de atletas	1	1%
Spa/clínicas estéticas/Academia	4	5%
Atendimento Domiciliar privado / personal diet	9	11%
Clínicas geriátricas/asilos	1	1%
Consultório privado	14	17%
Ambulatório de atenção secundária (atendimento individual)	2	2%
Atendimento Domiciliar público	1	1%
Hospital público / Clínica	4	5%

Hospital privado / Clínica	3	4%
Hospital público / Atenção primária	1	1%
Hospital privado / Atenção primária	1	1%
Rede Básica de Saúde (Municipal) – Atenção primária	6	7%
Atenção primária em planos de saúde complementar	1	1%
Indústria de alimentos / Marketing	1	1%
Professor de Escola Técnica Privada	1	1%
Professor de Instituição de Ensino Superior Pública	3	4%
Professor de Instituição de Ensino Superior Privada	2	2%
Serviço Público de saúde / gestão	2	2%
Outro	11	13%
Total	83	100%

Obs: o total não coincide com o número de egressos que atuam na profissão, porque o item permitia mais de uma marcação.

Dentre a opção 'outro', foram especificadas as seguintes atividades pelas egressas atuantes: Restaurante Universitário (UFRGS), atendimento em grupo de educação nutricional (autônomo), extensão rural (Emater/Ascar), funcionário público concursado (Assistência Social), fundação estatal, pesquisa acadêmica, proprietária de loja de produtos naturais e residências.

De fato, surpreende a prevalência da alimentação escolar sob o trabalho em Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN), que foram encontradas em outros estudos como principal atividade na Alimentação Coletiva: Gomes e Salado (2008) – 31,4%; CFN (2006) – 56%; Gambardella, Ferreira e Frutuoso (2000) - 31%; Boog, Rodrigues e Silva (1988) – 55%. Porém, vale ressaltar, novamente, que a comparação não é precisa e recomendada, pois muitos estudos antecedentes à Resolução nº 380/2005 consideravam a alimentação escolar como Saúde Pública, mas ainda assim é possível verificar a baixa prevalência, neste estudo, de nutricionistas atuando em UAN (apenas 2% das opções marcadas pelos egressos). Apesar de surpreendente este resultado, é importante ressaltar que a Resolução CFN nº 358/2005 estabelece as atribuições do nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Lei nº 11.947/2009, lei da alimentação escolar, reforça a obrigatoriedade de haver um nutricionista como responsável técnico pela alimentação escolar nos estados, distrito federal e municípios atendidos pelo PNAE; sendo que a obrigatoriedade de nutricionista responsável técnico já estava prevista pela Medida Provisória nº 2178-36/2001 que foi revogada pela lei citada. No entanto, é natural haver um crescimento desta atividade do nutricionista.

É importante ter o conhecimento das principais áreas e atividades de atuação em que os egressos estão sendo absorvidos tanto para a formação acadêmica como para os atuais estudantes que serão futuros nutricionistas.

Dos egressos atuantes na área, 69% permaneceriam na área atual, 29% trocariam por outra área dentro da Nutrição e 2% trocariam por outra área fora da Nutrição.

5.3 Quanto ao vínculo empregatício

Neste estudo a maioria dos egressos atuantes é autônoma (28%) e funcionário público sob o regime estatutário (28%), seguidos de empregados da iniciativa privada sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (17%), empregados públicos sob o regime CLT (15%) e outro (13%) (Tabela 4). Assim, 43% dos egressos atuantes são empregados ou servidores públicos sob regime estatutário e CLT, resultado diferente do encontrado na pesquisa do CFN (2006), em que apenas 3,6% dos nutricionistas eram concursados / CLT e 14,2% eram concursados / estatutário, sendo que predominava o emprego registrado / CLT com 42,2%.

Com certeza, trata-se de um achado curioso saber que quase a metade dos egressos está em empregos públicos e, sem dúvida, é um dado que pode ser melhor explorado em trabalhos posteriores.

Tabela 5 - Vínculo Empregatício

	n	%
Público - Regimento estatutário	13	28%
Autônomo/RPA	13	28%
Público - CLT	7	15%
Privado - CLT	8	17%
Outro	6	13%
Total	47	100%

Obs: uma deixou em branco a resposta

5.4 Quanto à jornada de trabalho

A maioria dos egressos atuantes (28%) trabalha 40h semanais (vide Gráfico 7), assim como o encontrado por: Gomes e Salado (2008) – 37,2% 8h/dia;

Gambardela, Ferreira e Frutuoso (2000) – 88,7% 40h/semana ou mais e Vasconcelos (1991) – 78,1% 40h/semana (Tabela 6).

Tabela 6 - Jornada de Trabalho

	n	%
20h/semana	7	15%
30h/semana	10	22%
36h/semana	5	11%
40h/semana	13	28%
44h/semana	2	4%
60h/semana	3	7%
Horista	3	7%
Outro	3	7%
Total	46	100%

Obs: duas deixaram em branco a resposta

5.5 Quanto à faixa salarial

A faixa salarial predominante, entre os egressos em atuação, foi de R\$ 2001,00 à R\$ 2501,00 (vide Tabela 7) o que equivale ao valor de 4 à 5 salários mínimos nacionais (R\$ 510,00). Boog, Rodrigues e Silva (1989) encontraram a faixa salarial média entre 6-8 salários mínimos; Prado e Abreu (1991) acharam como média de remuneração mensal 7,5 salários mínimos; Vasconcelos (1991) obteve como média salarial 10,5 salários mínimos; Gambardela, Ferreira e Frutuoso (2000) encontraram 35,2% dos egressos recebendo entre 10 e 15 salários mínimos; Alves, Rossi e Vasconcelos (2006) acharam 37,9% dos egressos recebendo 5-10 salários mínimos e Gomes e Salado (2008) encontraram 38% recebendo de 1-3 salários mínimos (de R\$ 380,00 à R\$ 1140,00). Na pesquisa feita pelo CFN (2006) a renda média dos cadastrados no CRN 2ª região (RS e SC) foi de R\$ 1427,46.

Em alguns estudos é difícil a comparação, porém em relação às pesquisas de Gomes e Salado (2008) e CFN (2006), dados mais recentes, o resultado obtido neste estudo é positivo. De acordo com o Sindicato dos Nutricionistas do Rio Grande do Sul (SINURGS) e Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre (SINDIHOSPA), através da convenção coletiva com vigência de 2009 à 2011, o piso normativo salarial do nutricionista é R\$ 1500,00 para uma jornada de trabalho de 220h mensais.

Tabela 7 - Faixas Salariais

	n	%
Abaixo de R\$ 1000,00	5	11%
De R\$ 1001,00 à R\$ 1500,00	7	15%
De R\$ 1501,00 à R\$ 2000,00	12	26%
De R\$ 2001,00 à R\$ 2500,00	13	28%
De R\$ 2501,00 à R\$ 3000,00	8	17%
Acima de R\$ 3001,00	2	4%
Total	47	100%

Obs: uma deixou em branco a resposta

5.6 Quanto a realização e satisfação profissional

Entre a realização profissional e financeira, a maioria (44%) dos egressos em atuação está realizado somente profissionalmente, conforme o Gráfico 3. Vasconcelos (1991) apontou 55% dos nutricionistas de Florianópolis realizados profissionalmente.

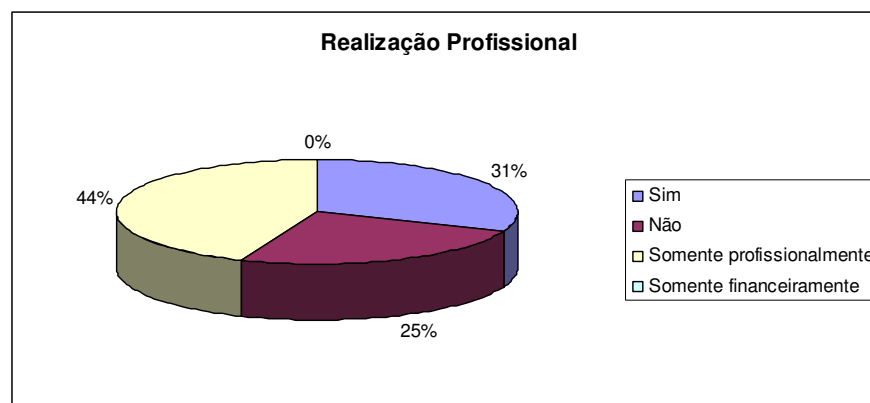


Gráfico 3 – Realização profissional

Quanto à satisfação profissional, nas atuais condições de trabalho, 77% estão parcialmente satisfeitos e 8% estão insatisfeitos (total 85%). Dentre os principais motivos, estão salário baixo (46%) e carga horária elevada (18%) (vide gráfico 4 e Tabela 8).

Gomes e Salado (2008) obtiveram 72,7% de satisfação profissional; Gambardella, Ferreira e Frutuoso (2000) encontraram 21,3% dos egressos insatisfeitos no exercício da profissão e alegaram como justificativa a baixa remuneração, a necessidade de aprimoramento e atuação fora da área de preferência.

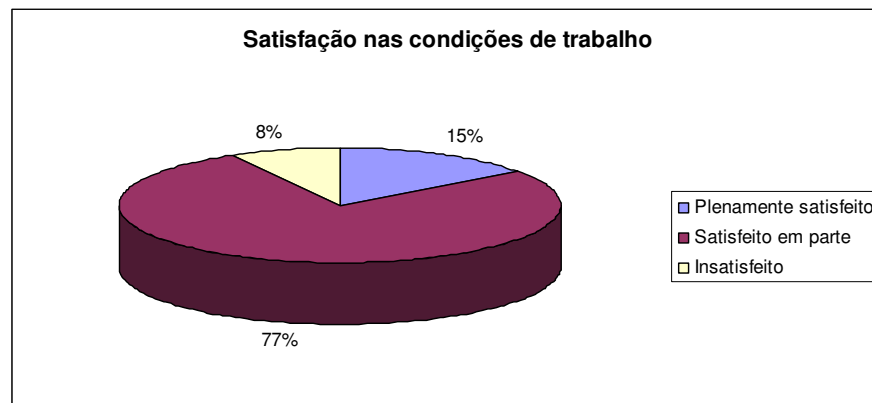


Gráfico 4 – Satisfação nas condições de trabalho

Tabela 8 - Motivos para a satisfação parcial ou insatisfação nas atuais condições de trabalho

	n	%
Salário baixo	33	46%
Carga horária elevada	13	18%
Área de atuação não pretendida	3	4%
Relações interpessoais conflituosas	8	11%
Funções incoerentes com as atribuições de nutricionista	6	8%
Falta de valorização profissional	3	4%
Outro	6	8%
Total	72	100%

Obs: o total não coincide com o número de egressos que atuam na profissão, porque o item permitia mais de uma marcação.

6 ANÁLISE DA DISCUSSÃO EM GRUPO FOCAL

Conforme mencionado anteriormente, participaram do grupo focal seis nutricionistas, com diferentes datas de formação, contatadas de maneira aleatória e selecionadas pela compatibilidade de horário para a discussão.

As falas transcritas foram 'desmontadas' do texto original e divididas em diferentes categorias para análise de diversas significâncias que podemos refletir; seguindo a análise textual discursiva, descrita por Moraes (2003) como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma seqüência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do *corpus*, a *unitarização*; estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada.

6.1 Olhares sobre a formação dos professores

Na universidade, a indissociabilidade entre ensino e pesquisa ainda parece estar sendo executada com forte predominância (quando não com exclusividade) de uma das dimensões. Por vezes, ainda há, de um lado, os que ensinam – os professores – e, de outro, os que fazem pesquisa – os pesquisadores. Trata-se de uma relação dupla-face: o professor pesquisador é aquele em que predomina o professor como pesquisador da prática didático-pedagógica e o pesquisador professor, aquele em que prevalece o pesquisador a investigar o objeto científico da sua área de conhecimento (DITTRICH, 2009). Esta visão do professor dissociada do pesquisador apareceu na fala de uma egressa:

“Eu tive uma aula de dietoterapia que o slide vinha em branco e ela ficava pensando, olhando para os lados e essa pessoa fez pós-doutorado e está internacionalmente trabalhando hoje, a gente tem muitos especializados, mas quando chega para dar uma aula básica, a pessoa tranca. E os alunos estão assim também”.

Neste contexto apresentado pela egressa, é necessária uma reflexão acerca da formação pedagógica dos professores universitários. Segundo Cunha (2000), o modelo de formação que vem presidindo o magistério de nível superior tem na pesquisa a sua base principal. Tanto os planos de carreira das instituições como a

própria exigência estatal para o credenciamento das universidades centram o parâmetro de qualidade dos requisitos estabelecidos na pós-graduação *stricto sensu*. Como é amplamente conhecido, os programas de mestrado e doutorado estão organizados a partir da perspectiva da especialização em determinado recorte do conhecimento e na capacitação para a pesquisa. Há um imaginário nessa perspectiva que concebe a docência como atividade científica, em que basta o domínio do conhecimento específico e o instrumental para a produção de novas informações para que se cumpram seus objetivos.

Como descreve Cunha (2000), a análise, que pode ser feita sobre a concepção reducionista da formação de professores como investigadores especialistas em um conhecimento muitas vezes fracionado, não tem como finalidade negar a importância da investigação como parte da função do docente universitário.

No entanto, não devemos pensar o ensino superior sem a formação científica, porém faz-se necessário refletir sobre uma maior ênfase na construção pedagógica deste docente e, também, alguma forma de diferenciar os profissionais que possuem habilidade didático-pedagógica para a produção de conhecimento de forma íntegra aos seus alunos, daqueles profissionais que se destacam pela sua capacidade de investigação e desenvolvimento de pesquisas acerca de sua área de conhecimento.

Outra fala descreve a ausência de diálogo entre os professores do curso de Nutrição, causando uma repetição de conteúdos entre disciplinas correlatas:

“(...) os professores das disciplinas não se conversam, e daí eu achava que isto ia mudar com o tempo (...). E daí eles têm falta de integração, falta um professor sentar e conversar com o outro, vou trabalhar com tais aspectos ou que isto fique bem claro no plano de ensino. Daí eles estão fazendo agora o seguinte: os alunos escrevem numa folha o que tiveram na aula e entregam para o outro professor para ele fazer um levantamento e não repetir na cadeira dele (...) E isto acontece com os professores que são médicos, ele é muito estrela para sentar na mesa e conversar com outro professor, ele não tem tempo.”

O trabalho do professor universitário, para se caracterizar como um trabalho de equipe necessita de integração, negociação, objetivos comuns, execução de atividades conjuntas. Normalmente o trabalho do professor na sala de aula é individual e solitário, mesmo com os alunos alguns professores ainda não perceberam a necessidade do trabalho integrado e cooperativo, em que professor,

seus pares colegas e alunos participem de projetos comuns de forma ativa (ULRICH, 2005).

Parece que, se os professores buscassem uma maior integração e discutissem diferentes maneiras para a prática educativa, os alunos poderiam obter maior êxito no processo de aprendizagem.

Na discussão também apareceu a questão sobre supervisão de estágio, em que as nutricionistas descreveram que seus estágios finais eram supervisionados por professores contratados exclusivamente para esta função e não tinham nenhum vínculo com os locais de estágios.

“(...) nós tínhamos a xxxx que era contratada temporária e ela tinha uma experiência muito grande lá (*no local do estágio*), era funcionária lá, mas nos outros estágios eram professores que só faziam supervisão do estágio lá e não faziam parte daquela realidade.”

A palavra supervisão aglutina os vocábulos super e visão. A acepção fica evidente: trata-se de alguém com uma visão ampliada e superior (GIROTTI, 2006). Não se questiona a visão crítica e bem embasada do professor, porém pode-se questionar a visão ampla e englobada sobre a realidade do local do estágio. Acredita-se, desta forma, a única alternativa que parece ser pertinente seria exigir, destes professores, uma vivência prévia nos locais em que seus alunos serão alocados, possibilitando, assim, uma inserção mais abrangente e eficaz do aluno naquele contexto.

Por fim, uma egressa trouxe a problemática de que os professores de disciplinas como fisiologia e bioquímica não são nutricionistas, que pode acarretar em conhecimentos menos voltados para os aspectos nutricionais.

“E a questão assim, fisiologia e bioquímica, a gente tem professores muito bons, mas esta área é toda dada por outros profissionais e nas outras faculdades têm nutricionistas dando fisiologia, e acho que assim a pessoa sai com uma visão mais aproximada daquele ponto que ela deveria ter”.

Neste caso, seria interessante uma investigação mais aprofundada sob este ponto de vista, já que não se tem certeza dos prós e contras dessas aulas serem ministradas por profissionais da área ou por outros profissionais que permitam conhecimentos menos específicos das disciplinas em questão.

6.2 Percepções sobre a formação acadêmica

Em relação à formação acadêmica, evidenciou-se alguns problemas trazidos pelas egressas que demonstra a recente estruturação do curso que ainda expõe falhas que poderão ser corrigidas:

“Eu entrei na segunda turma e me formei com a terceira, porque eu tranquei um semestre. Eu fiz até o quinto e eu achava o curso tão bagunçado que eu pensei assim, eu vou trancar, porque se eu não trancar agora eu vou desistir; daí eu tranquei e o que aconteceu, seis meses depois, eu voltei e o curso era completamente diferente, muito mais organizado, não sei exatamente o que aconteceu nestes seis meses, mas eu notei uma mudança brutal. A minha turma que eu entrei, eu sei de algumas, o que elas estão fazendo hoje e elas estão muito mais fora da área do que as da minha turma que eu me formei depois; então eu acho que o curso mesmo foi vendo o que tinha”.

“Na minha turma não teve esta parte de iniciação científica, incentivo. A gente tinha incentivo a buscar se qualificar, ter uma leitura crítica, tudo isso sim, sempre estudar, mas a gente não tinha um espaço aberto, isto foi se abrindo para as turmas posteriores”.

As egressas, em geral, referiram o incentivo à pesquisa e iniciação científica como os pontos fortes da graduação, fato que foi se solidificando gradativamente, conforme a fala anterior. Na resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior nº 5 de 2001, que instituiu as diretrizes curriculares nacionais do curso de Nutrição, preconiza o aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas independentes: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins. Além disso, o projeto pedagógico deve buscar a formação integral e adequada do estudante por meio de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão / assistência. Esta função vem sendo cumprida com êxito pela visão de muitas egressas.

“Eu acho que a nossa turma teve bastante incentivo à pesquisa, à continuidade, e eu acho que ainda falta estrutura no curso, por exemplo, de laboratórios, as aulas de técnicas dietéticas eram feitas numa escola, que a escola cedia o laboratório. O curso da xxx está estruturado, na parte de material não tem comparação”.

“Acho que uma coisa muito boa é o incentivo à pesquisa, é o diferencial, e uma coisa terrível é a inserção no SUS mesmo, muito deficiente, deixa muito a desejar”.

“O ponto forte para mim é a questão da pesquisa, visão crítica, acho isso muito legal no curso, muito bom. O ponto fraco, a estrutura muito falha”.

Entretanto, apesar da unanimidade em apontar o incentivo à pesquisa como o destaque na graduação, há algumas referências de pontos negativos que devem ser pensados. Quanto à estrutura falha e ausência de laboratório para aula prática de técnica dietética, encontrou-se, no Relatório sobre as atividades desenvolvidas pela Faculdade de Medicina (FAMED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) do ano de 2007, uma referência, entre as atividades desenvolvidas pelo Centro Acadêmico de Nutrição Pedro Escudeiro, a organização de um abaixo-assinado para a abertura de um laboratório de técnica dietética na FAMED. Todavia, a reivindicação por parte dos alunos vem sendo, pelo menos, há três anos formalmente realizada. Além disso, no mesmo relatório foram citadas as atividades da Comissão de Graduação em Nutrição (COMGRAD-NUT), em que, dentre elas, descreve a elaboração e aprovação da proposta de ampliação de vagas para a graduação em Nutrição, especificando (UFRGS, 2008, p.226):

A proposta prevê a semestralização do curso, com ampliação de 30 vagas em uma segunda entrada. Além disso, o projeto solicita ampliação do quadro docente de carreira, ampliação e melhoria de infra-estrutura física com salas de aula, laboratório de técnica dietética e ampliação do acervo da biblioteca para a área da nutrição.

Outro ponto negativo aparece nas falas a seguir:

“Eu tenho outro ponto fraco que eu acho que é, na minha época, não tinha uma interação maior com o pessoal do Clínicas, onde a gente fazia várias áreas de estágio, de internato com os professores. Os funcionários do Clínicas não tinham um comprometimento com a gente (...)

“Não tem professor da Nutrição da UFRGS lá dentro do Clínicas. E nós éramos assim, se sobrar tempo, atende o pessoal da UFRGS”.

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre se caracteriza por ser um hospital geral, público e universitário que oferece assistência integral à saúde de todo cidadão, ajuda a formar e qualificar profissionais e está na linha de frente da produção de conhecimentos (HCPA, 2010). Ao contrário do que ocorre na categoria médica em que o professor da universidade também atua nas equipes médicas do hospital, os professores nutricionistas não atuam no hospital, somente exercem a supervisão de estágio. Isto acabou dificultando uma experiência prática mais efetiva

durante o mesmo, pois as egressas alegaram, de maneira geral, que as nutricionistas do hospital, em parte, eram professoras de outras instituições de ensino superior e acabavam priorizando o suporte às suas alunas. A partir dessas informações, seria interessante tanto a universidade quanto o hospital repensarem estratégias para minimizar essas divergências nos processos de ensino entre graduações da mesma unidade formadora.

Em relação à inserção no SUS, novamente, recorremos à resolução CNE/CES n° 5/2001, para resgatar uma de suas essenciais diretrizes: a formação do nutricionista deve contemplar as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS). Vejamos algumas falas das egressas sobre este aspecto:

“Durante a minha formação, eu entrei na quarta turma e me formei com a quinta, eu não tive muito, não tive quase nada de SUS. A gente trabalhou ali a ‘8080’ na cadeira de metodologia de pesquisa, que fala toda de metodologia e um pouquinho de SUS, na cadeira de nutrição em saúde pública foi trabalhado a parte de história dos programas de décadas passadas, não atuais, quando chegou no ponto de trabalhar os programas atuais, acabou a disciplina. Eu achei muito estranho, mas aquilo ali é que foi apresentado e encerrou o assunto (...) Quando chegou o estágio da social no internato, nós ficamos quatro meses, dentro de uma unidade básica, atendendo, participando dos programas. Foi lá que eu aprendi o que que era uma unidade básica, quais os programas. Porque a gente aprendeu, porque a gente aprendeu; nos largavam as fichas para preencher e a gente preenchia e foi descobrindo o que era aquilo (...) O profissional que se forma na UFRGS, se forma para clínica, ele não se forma para o SUS. Ele não sabe muito bem, ele pode saber no final quando ele é obrigado, mas ele não tem formação para isto (...) Eu acho que falta muito e não tem movimentação para isto”.

“O profissional tem que ser voltado para o SUS e o que que é feito hoje, ainda é feito assim: tem uma cadeira de metodologia da pesquisa, não..., administração e depois saúde pública, o SUS é isto que nos é apresentado e pronto. Na realidade é bem isto, falta a vivência, falta tu englobar, o profissional tem que ser voltado para o SUS, não é aquela cadeira que te apresenta o SUS e acabou. Não existe isto e é isto que falta, é a vivência, é inserir, ter todo um contexto, não só aquela cadeira especificamente, tem que estar todo o curso direcionado. E falta a vivência. A gente tem o internato no último ano, hoje em dia a gente tem aquelas PAP, que são programas de atuação profissional, a partir do terceiro semestre, a gente pode acompanhar o pessoal do internato; isto já dá um pouco, supri em parte essa demanda, mas de quem tem interesse, são cadeiras eletivas (...)”.

Conforme relatado, as egressas não perceberam sua formação com ênfase no SUS e descrevem que as políticas de saúde em vigência não são apresentadas e, também, alegam ausência de vivência no campo para maior integração do

conhecimento. Na resolução CNE/CES nº5/2001, no artigo 14, inciso II, observa-se a seguinte referência:

Art. 14. A estrutura do Curso de Graduação em Nutrição deverá assegurar: (...) **II-** as atividades teóricas e práticas presentes desde o início do curso, permeando toda a formação do Nutricionista, de forma integrada e interdisciplinar.

Então, pode-se pensar que há um hiato entre os relatos das egressas e o disposto nas diretrizes que regem o curso. Além disso, é exatamente neste ponto que afirmaram ser falha a formação voltada para o SUS. É interessante ressaltar que a egressa trouxe em sua fala que existe uma disciplina denominada “prática de atuação profissional” (na fala, aparece a palavra ‘programa’, mas na realidade é ‘prática’) que vai de I à IV ao longo do curso, porém é eletiva. Percebe-se, a partir das informações da egressa, que essa disciplina supre em parte uma demanda e, no entanto, aqueles alunos que não fazem essa aula acabam vivenciando menos ainda, o que distancia mais o objetivo real das diretrizes de ser alcançado.

A percepção das questões sociais, assim como a articulação e a realização dos ensinamentos técnicos com tais questões, inerentes à prática profissional em saúde, são desafios de um processo educativo fortemente orientado por uma lógica “conteudista”, dissociada da prática cotidiana das ações, dos contextos onde essas são efetivamente realizadas (FERNANDEZ, 2009). A educação superior brasileira permanece, em pleno Séc. XXI, a ‘privilegiar uma formação cientificista e tecnicista, em prejuízo da formação humanista’ (RAMOS, 2008). De acordo com John Dewey, filósofo da educação, um dos fundadores da filosofia do *pragmatismo*, ‘o ensino deveria dar-se pela ação’ (*learning by doing*). Já Paulo Freire nos leva a entender que o compromisso somente é possível quando o homem é capaz de ‘agir e refletir’, sem esta condição o homem é incapaz de ‘saber-se’ no mundo ou consciente do estar no mundo. Sem esta condição, sem esta consciência da própria realidade não pode transformá-la (RAMOS, 2008). A partir dessas afirmações associadas às falas das egressas, há consistentes motivos para uma importante reorganização da grade curricular para corrigir esta carência.

6.3 Como se percebe a educação permanente

Resgatando os resultados do questionário, o índice de Pós-graduação concluído ou em curso foi de 77% dos egressos respondentes e o de ingresso ao mestrado dos egressos respondentes que cursavam ou haviam concluído Pós-Graduação foi de 40%. Sobre este dado, as participantes destacaram:

“Eu achei um índice alto, mas não me surpreende pela questão da UFRGS onde se sente a questão da inserção científica durante todo o curso. (...) Eu acho que realmente 40% ali no mestrado que nem tu falasses vêm sempre no curso essa vontade que a gente vê nos professores que a gente mantenha se aperfeiçoando e seguindo uma linha de mestrado, doutorado”.

“Eu acho que a gente tem incentivo, mas estes dados eu considerado alto, 40% de mestrado, mesmo que tu tenha estímulo, é bem considerável”.

“Pode acontecer também que na graduação a gente não tenha formação que esperava e vai buscar isto depois, pode ser um dos motivos deste índice ser tão alto”.

“Que só com a graduação você não vai muito longe é o que eu acho que alavanca para qualquer lugar”.

Este é outro aspecto que vem sendo cumprido, de acordo com o resultado do questionário e visão das egressas, da resolução CNE/CES nº 5/2001, haja vista o disposto no Art. 4, inciso VI:

Art. 4. A formação do nutricionista tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais: (...) **VI- Educação permanente:** os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais da saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) foi instituída em 2004 pela Portaria GM/MS nº 198 e regulamentada pelas diretrizes de implementação dispostas na Portaria GM/MS nº 1.996 de 20 de agosto de 2007, e é definida como um dispositivo que busca favorecer mudanças nas práticas de trabalho em saúde, que articula os sistemas de saúde com as instituições formadoras na identificação de problemas cotidianos para a formulação de processos educativos que respondam a realidade e necessidades do SUS

(MÂNGIA, 2007). Na portaria ministerial, a educação permanente se define como sendo “aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho” (BRASIL, 2004). No entanto, ela constitui uma estratégia fundamental às transformações do trabalho no setor para que se venha a ser um lugar de atuação crítica, reflexiva, propositiva, compromissada e tecnicamente competente (CECCIM, 2005).

Rebatendo a fala da egressa em que afirma que outro motivo pelo alto índice de ingresso ao mestrado poderia ser pela ausência da ‘formação esperada’, é necessário refletir sobre o que seria uma formação esperada. Na verdade, espera-se que a graduação proporcione os ensinamentos básicos e indispensáveis para a profissão e mecanismos para que o profissional continue buscando sua atualização. Ao que parece, a assertiva de que a universidade seja a maior responsável pelo estímulo à investigação científica e aperfeiçoamento como forma de processo integrativo do profissional e sua prática, seja a que tenha maior relação com a realidade.

Outra lógica a ser considerada para este índice seria a presença, em algumas empresas e/ou serviços públicos, de ‘planos de cargos e salários’ onde o funcionário/servidor deve buscar seu aperfeiçoamento para aumento salarial ou promoção para outro posto de trabalho. Sem contar que qualquer concurso público ou processo seletivo possui a prova de títulos, em que os profissionais defasados acabam sendo desfavorecidos na classificação final, já que quanto maior for a qualificação profissional, mais pontos o candidato adquire para melhorar sua posição.

6.4 O trabalho em Nutrição e suas relações na visão das egressas

Durante a discussão sobre a atuação na profissão, as egressas comentaram a impressão delas sobre a inserção no mercado de trabalho:

“Olha, das minhas colegas, (...) da primeira turma, a impressão que eu tenho é que pelo menos 50% da turma não atua na área, pelos contatos que eu tenho, uma foi fazer veterinária, outra casou e foi morar no exterior, sei lá, tu encontra trabalhando em análise de sistemas, algumas desistiram porque não encontraram emprego, concursos eram poucas vagas (...). A gente esperava que sendo graduada na UFRGS, curso novo, a gente sempre via no jornal ‘sai todo mundo empregado destes cursos novos da UFRGS’ e não foi a realidade que a gente encontrou, pelo contrário, a gente

demorou bastante, mais de seis meses, para ter o diploma. Então, assim, não sei até que ponto todo esse contexto influenciou na primeira turma de egressos, pois boa parte se perdeu (...).

“Na nossa turma, a última que se formou pelo que eu estou vendo com as meninas, a maioria foi para especialização, mestrado, estas residências, muito comum, assim, a maior parte da turma, eu acho, foi para este lado (...).”

Nestas falas, já percebemos uma grande diferença de oportunidades entre as egressas da primeira e última turma. Nota-se que, com o tempo, as opções para dar continuidade à qualificação profissional foram multiplicando-se e, também, o incentivo dado pelo curso para este destino foi se consolidando. São exemplos disso, as Residências Multidisciplinares ou em área profissional da saúde, modalidade de ensino de pós-graduação *lato sensu* que foram instituídas em 30 de julho de 2005, pela lei nº 11.129, e regulamentada pela portaria nº 45, de 12 de janeiro de 2007, e são voltadas para a educação em serviço e visam formar profissionais que integram o campo da saúde, a partir da perspectiva da interdisciplinaridade (PASINI, s/ano). Existem as Residências Integradas em Saúde (RIS), no Grupo Hospitalar Conceição e no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, por exemplo, em que a nomenclatura é equivocadamente entendida como uma integração de outras categorias profissionais com a Residência Médica. A interpretação correta seria a integração entre o trabalho e educação, as diferentes profissões, as diferentes áreas de conhecimento e entre o ensino, serviço e gestão; visa estimular o diálogo, buscando romper com o ‘especialismo’ na saúde e estimulando a integração entre os diferentes saberes e fazeres (FERREIRA e OLSCHOWSKY, 2009).

Sobre o campo de trabalho para o nutricionista, as egressas destacaram:

“A quantidade de gente que está sendo formada hoje, não existe lugar, os hospitais já têm as nutricionistas, só quando elas morrerem é que vão abrir concurso para entrarem”.

Observa-se que as egressas procuram espaço dentro de hospitais, vagas em concurso público e/ou na iniciativa privada. Não há espírito empreendedor, pois não é o foco da universidade, como já vimos. No entanto, ao pensarmos que vivemos numa sociedade capitalista, a universidade poderia dar subsídios para o aluno poder desenvolver um olhar empreendedor aliado à contribuição social de práticas

saudáveis, já que se observa, no dia-a-dia, a falta de tempo de uma grande parcela da população para a introdução de uma alimentação equilibrada. Existem brechas para o desenvolvimento de idéias empreendedoras que possam, também, ser facilitadoras para o bem-estar social e promoção de saúde coletiva. Na definição de Kirzner *apud* Moreira Neto (2003, p.49):

Empreendedor é aquele que cria um equilíbrio encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e turbulência, ou seja, identifica oportunidades na ordem presente.

Não se trata de mudar o foco, mas oportunizar, para aqueles que possuem esse perfil, mecanismos para desenvolver sua criatividade no contexto atual, visando, sempre, a qualidade de vida da população.

Ainda sobre o campo de trabalho, as egressas acrescentam:

“Parece que a alimentação escolar é um grande campo de trabalho hoje (...) a lei nº 11.947, que é a primeira lei que torna o programa uma política de estado, que não é mais um programa que se pode mudar quando o governo muda, pode deixar de existir, isto foi em 2009, o programa tem mais de 50 anos, e aí coloca a nutricionista como responsável técnico muito claramente, uma coisa que antes não ficava tão explícito na lei e agora está lá, é lei, o FNDE pode cobrar dos municípios e houve uma mudança de paradigmas neste sentido, não totalmente ainda, mas é um processo que está se solidificando, de que a alimentação escolar não é só uma ‘merendinha’, não é qualquer coisa, que é importante, que tem a obesidade infantil (...). É um grande campo de trabalho e eu, pelo menos, não fui preparada dentro da universidade, por isso acredito que hoje quem está se formando não está preparado para atuar neste campo específico”.

“A gente tem (...) a experiência do CECANE (...) A última turma, muitas meninas envolvidas com pesquisa na alimentação escolar”.

“A nossa turma, que se formou em 2008, não teve isso, nós não fomos preparadas para esta área”.

Percebe-se, a partir desta discussão, que as participantes confirmaram o resultado encontrado no questionário, em que a alimentação escolar constituiu a segunda atividade mais realizada pelos nutricionistas atuantes. Voos (2009) descreveu a atuação do nutricionista no Programa Nacional e Alimentação Escolar (PNAE), transformado em lei em 2009 (lei nº 11.947, citada pela egressa), nas escolas públicas no Estado do Rio Grande do Sul. Nesta pesquisa, a autora encontrou a maioria das nutricionistas sem especialização para atuar no PNAE e sentindo a necessidade de qualificação, pois o primeiro contato com o programa foi

no próprio local de trabalho; além disso, a maioria referia ser seu primeiro emprego e desejava continuar nesta área de atuação.

O FNDE, citado pela egressa, é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação vinculado ao Ministério da Educação e é responsável pela coordenação, acompanhamento, fiscalização, coordenação técnica, avaliação da efetividade da aplicação dos recursos e, principalmente, pelo repasse destes recursos para a alimentação escolar (VOOS, 2009).

O CECANE são Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar criados pelo FNDE através de parcerias com cinco universidades federais: Bahia (UFBA), Paraná (UFPR), Rio Grande do Sul (UFRGS), São Paulo (Unifesp) e Brasília (UnB). A UFRGS atende aos estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O CECANE promove desde o início de 2007 capacitações para os agentes da alimentação escolar: nutricionistas, merendeiras e conselheiros de alimentação escolar. Nas capacitações, os participantes discutem a segurança alimentar e nutricional, o trabalho do nutricionista - facilidades e obstáculos -, analisam cardápios e discutem os produtos básicos do PNAE. Além disso, conhecem experiências bem sucedidas no PNAE, realizam estudos de casos, formas de prestação de contas no PNAE e discutem possíveis planos de trabalho para os agentes que atuam na execução do PNAE (UFRGS, 2010).

Ao que podemos observar, a universidade já atentou para proporcionar aos egressos, da última turma, alguma experiência neste campo de atuação em expansão. Mas, ainda assim, faz-se necessário repensar a necessidade de oportunizar maiores conhecimentos, tanto teóricos quanto práticos, para os futuros profissionais que estão por vir.

Sobre outras áreas de atuação, as participantes destacaram:

“Na nossa turma, três gurias saíram e, no primeiro ano, elas começaram a trabalhar com produção. E elas ficaram dois, três meses e pediram demissão, por causa do salário baixo e muita exigência”.

“Quem trabalha em refeições coletivas é explorado...”.

“De certa forma, a gente aprende a não gostar de produção, é o que a gente menos vê na graduação, tu já *vai* à entrevista contrariado e a remuneração é péssima”.

Novamente, a alimentação coletiva, especificamente em serviços de refeições coletivas ou Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), é rejeitada unanimemente

pelas participantes do grupo focal como opção de atuação. Essa realidade já havia sido identificada por Rodrigues, Peres e Waissmann (2007), que entrevistaram catorze profissionais, egressos do curso de Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto, do universo de respondentes de seu questionário (90). Neste estudo, a área de alimentação coletiva foi a mais destacada em se tratando do desempenho de tarefas não peculiares (ética e funcionalidade) ao cargo de nutricionista e desvios de função, fatos estes relatados nos entrevistados dos autores como dois dos principais determinantes do ímpeto de abandonar esta área de atuação.

Aqui, aparecem como justificativa, o grau de exigência, em relação ao acúmulo de atividades e responsabilidades, remuneração baixa e pouca ênfase nesta área pelo currículo da universidade. Ao nutricionista desta área compete desenvolver ações que vai desde o planejamento de cardápio (cálculo nutricional, compras, avaliação de fornecedores, supervisão de recebimento, etc.) até o gerenciamento dos recursos humanos (Manual de Boas Práticas de Manipuladores, treinamentos periódicos, supervisão dos procedimentos operacionais, etc) (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2005). Quanto a remuneração, de acordo com o Sindicato de Nutricionistas do Rio Grande do Sul e o Sindicato das Empresas de Refeições Coletivas dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em convenção coletiva, com vigência de agosto de 2009 à julho de 2010, o salário normativo fixado foi de R\$ 1400,00 para uma carga horária mensal de 220h. Já na questão da pouca ênfase dada pela universidade, o próprio fato de não existir um laboratório de técnica dietética, aula primordial para os conhecimentos desta área, como mencionado anteriormente, confirma esta afirmação.

Na atividade mais marcada no questionário, consultório privado, as egressas expuseram:

“Quem vai para consultório, vai porque não conseguiu emprego”.

“Exatamente”.

“Ou não...” (*três falas de pessoas diferentes*)

“A gente acaba tendo mais de um emprego ou trabalho formal para suprir o salário baixo. A gente acaba pegando um monte de coisas e acumulando trabalho”.

“Se tu *for* colocar na balança o quanto tu *ganha* e o tanto que tu *trabalha* é muito pouco, porque tem esta questão da gente trabalhar muito em casa. Eu estou fazendo mais consultório e, então, como a minha rotina fica a primeira consulta de avaliação, segunda retorno, neste meio tempo tu já *tem* que fazer todo o planejamento daquela dieta, em cima daquela avaliação. Este trabalho é todo feito em casa. Então, o que a gente recebe do paciente

realmente é muito pouco, porque há um diferencial e eles não têm esta noção. Eles acham que a consulta é aquilo ali e que está pronto (...), se a gente quer fazer um trabalho mais personalizado, te ocupa muito mais tempo e a remuneração é muito baixa. Eu tenho muitos convênios e os convênios pagam de R\$20,00, o que paga menos, a R\$42,00, um absurdo. Daí tu atende o paciente a R\$20,00, tu ganha na quantidade de pacientes e a gente acaba acumulando trabalho”.

Há diferentes pontos de vista em relação à atuação em consultório privado, conforme as primeiras falas, porém, de fato, a assertiva de que há ‘acúmulo de emprego ou trabalho formal’ para suprir o salário baixo, pode ser verdadeira, já que apenas duas egressas atuantes marcaram, no questionário, exclusivamente a atividade em consultório privado das catorze marcações nesta opção.

Na última fala, evidencia-se uma nova dificuldade nesta modalidade de trabalho, pois, conforme o relato das entrevistadas por Rodrigues, Peres e Waissmann (2007), considerava-se a impossibilidade de credenciamento a um convênio o principal empecilho para o aumento do número de atendimentos nutricionais no consultório. Agora, desde a Resolução Normativa nº 167 de 2007, da Agência Nacional de Saúde Suplementar atualizada pela Resolução Normativa ANS nº 211 de 2010, em que incluiu no rol de procedimentos e eventos em saúde, a cobertura de consultas e sessões com nutricionistas e outros profissionais pelos planos privados de assistência à saúde, surge outro problema que merece atenção e discussão: a regulamentação de remuneração compatível com o trabalho realizado pelo profissional.

Conhecendo, portanto, o trabalho em nutrição e suas relações sob a perspectiva dos profissionais que recentemente se formaram, traz à tona os atuais conflitos por eles enfrentados e, também, reforça a transformação ocorrida no campo de atuação do nutricionista, principalmente, quando se comparam estudos semelhantes de anos antecessores. Mesmo assim, existem problemas que se repetem e que carecem maior resolubilidade por parte dos órgãos reguladores e fiscalizadores da categoria profissional.

6.5 As opiniões das egressas sobre o nutricionista no Sistema Único de Saúde (SUS)

Em relação à inserção do nutricionista no serviço público e no Sistema Único de Saúde, as egressas ressaltaram:

“(…) às vezes, não é nenhuma questão de vontade, é que não existem vagas para todo mundo no setor público. Isto é uma realidade, no SUS, a gente não tem nutricionistas em todas as unidades básicas. Têm os NASFs agora né, mas também não é uma obrigatoriedade ter nutricionista. (...) E não tem vaga para todo mundo atuar nesta área, por mais que a universidade tenha te preparado para isto, tá tu *sabe* tudo do SUS e daí, tu vai fazer um concurso que tem uma ou duas vagas, uma ou duas pessoas vão ser chamadas, e as outras mil que se inscreveram?”

“Uma colocação é que não tem espaço para todo mundo no SUS nas vagas que existem hoje, mas no internato, no posto de saúde que nós estávamos, tinha duas estagiárias, a nutricionista da prefeitura, que era no caso a nossa professora, que tinha dois empregos ao mesmo tempo, e mais uma residente. As quatro em um posto de saúde, as quatro agendas lotadas, as quatro participando de grupos, as quatro participando de visitas domiciliares (...). Imagina, quatro profissionais com uma super demanda. Demanda existe, só não existe a vaga”.

Novamente, reforça-se a problemática, discutida na revisão bibliográfica deste trabalho, de que há um paradoxo entre as prioridades das diretrizes curriculares e a realidade vivenciada pelos profissionais formados. No Art. 3º da Resolução CNS/CES nº 5 de 2001, caracteriza-se o perfil do profissional formado, em que esclarece que as funções inerentes ao seu conhecimento devem se apresentar fundamentais para ‘promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos e grupos populacionais’. Além disso, existe a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, enquanto integrante da Política Nacional de Saúde, constituindo componente básico do Sistema Único de Saúde (ASSIS *et al.*, 2002). De fato, existem instrumentos que reiteram a importância do profissional no âmbito da atenção primária, porém não é o que encontramos na nossa realidade.

Os “NASFs”, citado pela egressa, constituem os Núcleos de apoio à Saúde da Família, criados em janeiro de 2008, como passo importante para a consolidação da Estratégia de Saúde da Família. O NASF deve ser constituído por uma equipe, na qual profissionais de diferentes áreas de conhecimento atuam em conjunto com os profissionais das equipes de Saúde da Família, compartilhando e apoiando as práticas em saúde nos territórios sob responsabilidade das equipes de SF. Tal composição deve ser definida pelos próprios gestores municipais e as equipes de SF, mediante critérios de prioridades identificadas a partir das necessidades locais e da disponibilidade de profissionais de cada uma das diferentes ocupações. Na Portaria GM nº 154 de 2008, define duas modalidades de NASF: o NASF 1, composto por no mínimo cinco profissionais entre psicólogo, assistente social,

farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico ginecologista, professor de educação física, médico homeopata, nutricionista, médico acupunturista, médico pediatra, médico psiquiatra e terapeuta ocupacional, e cada um desses NASF deve estar vinculado a um mínimo de oito e no máximo vinte equipes de SF; e o NASF 2 deve ter no mínimo três profissionais entre psicólogo, assistente social, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, professor de educação física, nutricionista e terapeuta ocupacional, e se vincular a um mínimo de três equipes SF (BRASIL, 2009).

Tendo em vista esta realidade, as egressas acrescentaram:

“É a falta de vontade política, poder da situação. Falta a obrigatoriedade de ter nutricionista. Falta a categoria lutar para isto”.

Este ‘sentimento’ colocado pela egressa de que a categoria profissional não tem ‘lutado’ por uma melhor inserção do nutricionista neste contexto, nos permite fazer uma análise mais profunda nas relações de gênero. No estudo do Conselho Federal de Nutricionistas (2006) encontrou uma grande maioria de nutricionistas do sexo feminino (96,5%), o que se confirma ao observar os alunos de cursos de Nutrição e, também, nesta pesquisa em que o grupo focal foi constituído por seis profissionais do sexo feminino. Talvez essa ‘falta de vontade política’ possa ser explicada a partir dessa reflexão.

As mulheres, a partir do ano 2000, tornaram-se a maioria do eleitorado e vem, ano a ano, aumentando a vantagem e, ao mesmo tempo, este poder majoritário do voto não chegou a transformar a representação por gênero nos diferentes níveis da representação parlamentar. Os avanços na representação política das mulheres brasileiras têm sido pequenos e não tem acompanhado os avanços ocorridos no resto do mundo (ALVES, s/ano). Isso parece ser reflexo de aspectos culturais que envolvem as características de profissões predominantemente femininas como, serviço social, enfermagem e nutrição, e profissões predominantemente masculinas como o próprio cenário político brasileiro descrito anteriormente (BOSI, 1996; ARCHANJO e BRITO, 2005). Portanto, culturalmente as ‘profissões femininas’ acabam sendo as menos prestigiadas perante a sociedade e a transformação dessa realidade, talvez, dependa do esforço coletivo tanto da categoria profissional, quanto de uma maior inserção de representações políticas femininas no Brasil.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo da situação profissional dos egressos do curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul possibilitou traçar as seguintes constatações finais:

- Alto índice de egressos cursando ou concluído Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, especialmente o ingresso ao Mestrado. Informação confirmada pelas egressas participantes do grupo focal, em que afirmaram o incentivo à educação permanente por parte da universidade, cumprindo, assim, uma das exigências das diretrizes curriculares do curso de Nutrição.
- A alimentação escolar demonstrou ser um campo de atuação do nutricionista em ascensão, conforme os resultados dos questionários e as informações trazidas pelo grupo focal. Isso parece ter estreita relação tanto com a Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 358 de 2005, que estabelece as atribuições do nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, quanto pela Lei nº 11.947 de 2009 que reafirma a obrigatoriedade de haver um nutricionista como responsável técnico deste programa.
- Dos egressos atuantes na profissão, 43% são empregados ou servidores públicos sob regime estatutário ou CLT (Consolidações das Leis Trabalhistas). Apesar da discussão do grupo focal ter aparecido a baixa oferta de vagas pelos serviços públicos, ainda assim verificamos uma boa parcela dos egressos sendo absorvidos por este setor. Portanto, pode-se pensar que mesmo havendo poucas vagas, essas vêm sendo preenchidas por muitos dos egressos desta universidade.
- A faixa salarial encontrada neste estudo ficou acima do piso salarial para a profissão e, também, em comparação a resultados de estudos semelhantes. Porém, o grupo focal trouxe à tona a 'jornada dupla' que muitas nutricionistas acabam realizando, pois, por vezes, precisam trabalhar em casa também, o que torna a remuneração muito aquém do trabalho realizado. Além disso, o principal motivo para a satisfação parcial ou insatisfação nas atuais condições de trabalho entre as

egressas atuantes na profissão, pelos resultados do questionário, foi o salário baixo.

- Sobre a formação para o Sistema Único de Saúde, foco das diretrizes curriculares, observa-se que as egressas não reconheceram essa condição durante o curso. De repente, pela análise das discussões do grupo focal, seja necessário reaver a formação pedagógica dos professores do curso e, também, incrementar a questão da prática no ensino, proporcionando maior vivência dos alunos na prática profissional.
- A inserção no SUS, em especial na atenção primária, é reconhecida pelas participantes do grupo focal como sendo muito importante. Durante a discussão, reconheceu-se que existe uma demanda considerável para este fim, porém não existem vagas no setor público para suprir esta demanda, assim como cumprir as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Através destas constatações, bem como das reflexões dispostas na análise textual discursiva do grupo focal, foram identificados alguns pontos a serem revistos acerca da atual formação acadêmica dos alunos do curso de Nutrição da UFRGS para buscar maior aproximação com os objetivos das diretrizes curriculares que regem o curso. Portanto, mais do que caracterizar o perfil profissional que se quer formar, é preciso ter o conhecimento de como este profissional está sendo atualmente formado e foi isso que este estudo buscou revelar. Além disso, conhecer a situação profissional dos egressos revelou as tendências e as exigências do trabalho em Nutrição, como um todo, contribuindo com informações importantes para a categoria profissional, principalmente em relação às modificações ocorridas nos campos de atuação na atualidade.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. Inserção social e exclusão política das mulheres brasileiras. Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/insercao_social_e_exclusao_politica_das_mulheres_jul09.pdf>. Acesso em 27 mai, 2010.

ALVES, Emilaura; ROSSI, Camila Elizandra; VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Nutricionistas egressos da Universidade Federal de Santa Catarina: áreas de atuação, distribuição geográfica, índices de pós-graduação e de filiação aos órgãos de classe. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 295-304, jul./set., 2003.

ARCHANJO, Léa Resende e BRITO, Karla Francine W. Nutrição: Gênero e Profissão. **RUBS**, Curitiba, v. 1, n. 4, p. 44-50, out./dez., 2005.

ASSIS, Ana Marlúcia Oliveira *et al.* O Programa Saúde da Família: contribuições para uma reflexão sobre a inserção do nutricionista na equipe multidisciplinar. **Rev Nutrição**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 255-266, set./dez., 2002.

BANDUK, Maria Luzia S.; RUIZ-MORENO, Lídia; BATISTA, Nildo Alves. A construção da identidade profissional na graduação do nutricionista. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, São Paulo, v. 13, n. 28, p.111-20, jan./mar., 2009.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2003.

BERTIN, Renata Labronici. **Concepções e Práticas da Atenção Nutricional: um estudo de caso em uma Unidade Hospitalar com atendimento fundamentado na Humanização**. 2005. 121f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2005.

BOOG, Maria Cristina Faber; RODRIGUES, Kátia Regina Martini; SILVA, Sônia Maria Ferreira da. Situação profissional dos nutricionistas egressos da PUCAMP. I. Áreas de atuação, estabilidade, abandono da profissão, desemprego. **Revista de Nutrição da PUCAMP**, Campinas, v. 1, n. 2, p.139-52, jul./dez., 1988.

BOOG, Maria Cristina Faber; RODRIGUES, Kátia Regina Martini; SILVA, Sônia Maria Ferreira da. Situação profissional dos nutricionistas egressos da PUCAMP. II. Relações hierárquicas, atuação profissional, avaliação da formação recebida,

percepção de si como profissionais da saúde, atualização e filiação a entidades profissionais. **Revista de Nutrição da PUCCAMP**, Campinas, v.2, n. 1, p.55-87, jan./jul., 1989.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães. **Profissionalização e conhecimento**. A nutrição em questão. São Paulo: Hucitec, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção à Saúde. Saúde na escola/Ministério da Saúde. Brasília: Cadernos de Atenção Básica, n. 27. Ministério da Saúde, 2009. Disponível em:< <http://www.saude.gov.br/dab>> . Acesso em: 26 mai, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Portaria nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 32, seção I, 16 de fev. 2004. Disponível em:<<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2004/GM/GM-198.htm>>. Acesso em: 22 mai., 2010.

CALADO, Carmen Lucia de Araújo. **A expansão dos cursos de Nutrição no Brasil e a Lei de Diretrizes e Bases – LDB**, 2004. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/expansao.pdf>. Acesso em: 21 mar.,2010.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação da capacidade pedagógica em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, out./dez., 2005.

CECCIM, Ricardo Burg e FEUERWERKER, Laura C. Macruz. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1400-10, set./out., 2004.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN 358/2005**. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência por área de atuação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 10 de janeiro de 2006, Seção I.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN 380/2005**. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 18 de maio de 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 5/2001**. Diário Oficial da União. Brasília, 2001. Seção 1, p. 39.

COSTA, Nilce da Silva Campos. **A formação do nutricionista: educação e contradição**. 1ª edição. Goiânia: UFG, 2001.

COSTA, Nilce Maria da Silva Campos. Formação pedagógicas de professores de Nutrição: uma omissão consentida? **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 97-104, jan./fev., .

COSTA, Nilce Maria da Silva Campos. Revisitando os estudos e eventos sobre a formação do nutricionista no Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 5-19, jan./abr., 1999.

CUNHA, Maria Isabel da. Ensino como mediação da formação do professor universitário. In: **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000, 80p.

DITTRICH, Ivo José. O professor pesquisador e o pesquisador professor: uma questão retórica? **Dialogia**, São Paulo, v.7, n.2, p. 47-54, 2009.

ERDMANN, Alacoque; RODRIGUES, Anna Caroline R. Lopes; KOERICH, Magda Santos; BACKES, Dirce Stein; DRAGO, Lícia Crespo; KLOCK, Patrícia. O olhar dos estudantes sobre sua formação profissional para o Sistema Único de Saúde. **Acta Paul Enferm.**, São Paulo, v. 22, n.3, p.288-94, 2009.

FERNANDEZ, Verônica Silva. **Práticas integradas na formação em saúde: desafio e possibilidades de transformação das práticas pedagógicas no curso de Nutrição da UFF**. 2009. 139f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Sílvia Regina e OLSCHOWSKY, Agnes. Residência Integrada em Saúde: a interação entre diferentes áreas do conhecimento. **Rev Gaúcha Enferm**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 106-12, 2009.

GAMBARDELLA, Ana Maria Dianezi; FERREIRA, Cláudia Franchi; FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí. Situação profissional de egressos de um curso de nutrição. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 37-40, jan./abr., 2000.

GIROTTTO, Nara Lúcia. Construindo e desconstruindo a supervisão de estágio com o devir-imperceptível das sensações mínimas do corpo. **Aletheia**, no.23, p.81-87, jun., 2006.

GOMES, Gislaine Mara Neiro Panice Albuquerque; SALADO, Gersislei Antônia; Atuação profissional dos egressos do curso de Nutrição de uma instituição de ensino superior do Paraná. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 1, n. 1, p. 45-50, jan./abr., 2008.

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE. Um referencial público em saúde. Disponível em:

<http://www.hcpa.ufrgs.br/downloads/institucional/apresentacao_institucional.pdf>

Acesso em: 19 mai, 2010.

MÂNGIA, Elisabete Ferreira. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: desafios e perspectivas. **Ver. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, set./out., 2007.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p.191-211,2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MOREIRA NETO, Alfredo L. da C. A relação entre o sucesso das organizações e o espírito empreendedor de seus criadores. **Revista CESUMAR – Ciências Humanas e Sociais aplicadas**, v. 8, n. 1, p. 46-70, jan, 2003.

MOTTA, Denise Diácomo da; OLIVEIRA, Maria Rita Marques de; BOOG, Maria Cristina Faber. A formação universitária em Nutrição. **Pro-posições**, v. 14, n. 1, p. 69-85, jan./abr., 2003.

PÁDUA, Joyce Guilhermino e BOOG, Maria Cristina Faber. Avaliação da inserção do nutricionista na Rede Básica de Saúde dos municípios da Região Metropolitana de Campinas. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 19, n. 4, p. 413-424, jul./ago., 2006.

PASINI, Vera Lucia. **Residência Integrada em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição RIS/GHC**: vivenciando uma estratégia de desenvolvimento de trabalhadores para o SUS. Disponível em: <http://www.abendf.com.br/CD/arquivos/palestrantes/vera_pasini.pdf>. Acesso em: 22 mai, 2010.

PAULA, Ana Cláudia Pereira. **Atuação do nutricionista:** uma análise da produção de conhecimentos publicados de 2001 até 2008. 2009. 42f. Monografia (Especialização em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.

PRADO, Shirley Donizete e ABREU, Miriam Sineiro Diaz. Nutricionista: onde trabalha? Quais suas condições de trabalho? **Revista de Nutrição da PUCCAMP**, v. 4, n. 1/2, p. 65-92, jan./dez., 1991.

RAMOS, Maurem. **Um grupo de estudos com troca de gostos, cheiros, texturas e sabor:** docentes nutricionistas e o ensino em Nutrição. 2008. 153f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Cardiologia e Ciências Cardiovasculares da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAMED/UFRGS), Porto Alegre, 2008.

RODRIGUES, Karla Menezes. **Condições de trabalho do nutricionista egresso da Universidade Federal de Ouro Preto / MG:** subsídios para a construção de indicadores qualitativos de satisfação profissional. 2004. 90f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área da Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2004.

RODRIGUES, Karla Menezes; PERES, Frederico; WAISSMANN, William. Condições de trabalho e perfil profissional dos nutricionistas egressos da Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, entre 1994 e 2001. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 4, p. 1021-1031, 2007.

SANTOS, Anderson Carlos. A inserção do nutricionista na Estratégia da Saúde da Família: o olhar de diferentes trabalhadores da saúde. **Fam. Saúde Desenv.**, v.7, n. 3, p. 257-265, set./dez., 2005.

TOLOZA, Daniela Cervo de. **Nutricionista: um histórico da profissão até os dias atuais.** 2003. 57f. Monografia (Especialização em Qualidade dos Alimentos) – Centro de Excelência em Turismo. Universidade de Brasília. Brasília, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Medicina. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar – CECANE SUL. Disponível em : < <http://www.famed.ufrgs.br/>>. Acesso em: 24 mai, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Medicina. Relatório 2007, Porto Alegre, ago, 2008. Disponível em :

<http://www.ufrgs.br/sai/arquivos/4_ciclo/2007/FAMED/Rel_Avaliacao.pdf>. Acesso em: 19 mai, 2010.

ULRICH, Elizabeth. **Percepções de professores universitários sobre as relações interprofissionais que levam a estresse**. 2005. 147f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 127-38, mai./ago., 2002.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Um perfil do nutricionista em Florianópolis/SC. **Revista Ciências da Saúde**, Florianópolis, v. 10, n. 1/2, p. 73-86, 1991.

VOOS, Ana Carolina. **A atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Estado do RS**. 2009. 48f. Monografia (Especialização em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.

9 ANEXOS

9.1 ANEXO I – QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Estudo sobre a situação profissional dos egressos do curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este questionário faz parte de uma pesquisa que tem como objetivo conhecer a situação profissional dos egressos do curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde sua primeira turma de formandos (2003/2). Ressaltamos que as informações aqui providas serão guardadas em sigilo por um período de 2 anos, após serão eliminadas, e que o presente projeto está em conformidade com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (*número do protocolo*) e a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Quaisquer dúvidas, dificuldades no preenchimento ou comentários poderão ser enviadas para o e-mail: mari.dallalana@gmail.com. Sua participação é espontânea e muito importante para o melhor conhecimento e divulgação da nossa categoria profissional (nutricionistas).

Obrigado por sua participação,

Mariana Dalla-Lana, nutricionista.

CONCORDO

Ano de Formatura:

2003/2

2004/2

2005/2

2006/2

2007/2

2008/2

2009/2

TITULAÇÃO:

Especialização / Residência

Mestrado

Doutorado

Se não realiza nenhum curso de Pós-Graduação, indique o(s) motivo(s):

Falta de tempo

Falta de dinheiro

Falta de interesse

Outro

ATUAÇÃO PROFISSIONAL:

Atualmente exerce a profissão de nutricionista? Sim

Não

Se exerce a profissão em mais de uma área de atuação, qual o motivo?

Realização profissional

Melhoria salarial

Outro. Especifique:

Se não exerce a profissão, qual(is) o(s) motivo(s)?

Possui emprego em outra área.

Recém-formado (pouca experiência).

Oportunidades não atrativas.

Atuou por um período e acabou trocando de área.

Falta de oferta de emprego na área.

Outro. Especifique:

Onde exerce suas atividades?

UAN hospital público (auto-gestão)

UAN hospital privado (auto-gestão)

UAN empresa auto-gestão

UAN empresa terceirizada

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Empresas fornecedoras vale-refeição e similares | <input type="checkbox"/> Restaurantes comerciais. |
| <input type="checkbox"/> Indústria de alimentos / Produção | <input type="checkbox"/> Empresas de alimentos congelados. |
| <input type="checkbox"/> Alimentação escolar | <input type="checkbox"/> Clube esportivo / Nutrição de atletas |
| <input type="checkbox"/> Spa/clínicas estéticas/Academia | <input type="checkbox"/> Atendimento Domiciliar privado / personal diet |
| <input type="checkbox"/> Clínicas geriátricas/asilos | <input type="checkbox"/> Consultório privado |
| <input type="checkbox"/> Ambulatório de atenção secundária (atendimento individual) | <input type="checkbox"/> Atendimento Domiciliar público |
| <input type="checkbox"/> Hospital público / Clínica | <input type="checkbox"/> Hospital privado / Clínica |
| <input type="checkbox"/> Hospital público / Atenção primária | <input type="checkbox"/> Hospital privado / Atenção primária |
| <input type="checkbox"/> Rede Básica de Saúde (Municipal) – Atenção primária | <input type="checkbox"/> Atenção primária em planos de saúde complementar |
| <input type="checkbox"/> Laboratórios produtores e distribuidores de produtos de nutrição / Assessora técnica | <input type="checkbox"/> Laboratórios produtores e distribuidores de produtos de nutrição / Marketing |
| <input type="checkbox"/> Lojas distribuidoras de produtos de nutrição. | <input type="checkbox"/> Indústria de alimentos / Marketing |
| <input type="checkbox"/> Professor de Escola Técnica Pública | <input type="checkbox"/> Professor de Escola Técnica Privada |
| <input type="checkbox"/> Professor de Instituição de Ensino Superior Pública | <input type="checkbox"/> Professor de Instituição de Ensino Superior Privada |
| <input type="checkbox"/> Serviço Público de saúde / gestão | <input type="checkbox"/> Empregados de órgãos de classe |
| <input type="checkbox"/> Outros. Especifique: | |

Se tivesse que escolher uma área da nutrição para atuar, qual escolheria?

- Permaneceria na minha área.
 Outra área dentro da Nutrição.
 Outra área fora da Nutrição.

Qual seu vínculo empregatício?

- Público – Regime estatutário Autônomo/RPA. Privado - CLT Público - CLT

Qual sua carga horária semanal?

- 20h semanais 30h semanais 36h semanais 40h semanais
 Horista Outra

Qual sua faixa salarial?

- Abaixo de R\$ 1000,00 De R\$ 1001,00 à R\$ 1500,00 De R\$ 1501,00 à R\$ 2000,00
 De R\$ 2001,00 à R\$ 2500,00 De R\$ 2501,00 à R\$ 3000,00 Acima de R\$ 3001,00

Como você se considera nestas condições de trabalho?

- Muito Satisfeito Satisfeito Insatisfeito

Se insatisfeito, qual(is) o(s) motivo(s)

- Salário baixo Carga horária elevada Funções incoerentes com as atribuições de nutricionista
 Área de atuação não pretendida Relações interpessoais conflituosas
 Outro (s)

Você reside em Porto Alegre? Sim Não

Em caso afirmativo, você se disponibilizaria a ser convidado(a) para participar de uma discussão em grupo sobre temas propostos pelo roteiro elaborado pela pesquisadora responsável, a nutricionista Mariana Dalla-Lana, para que sejam aprofundados alguns aspectos deste questionário? Sim Não

Para que possamos lhe dar um retorno deste questionário e, nos casos acima, para que possamos agendar a discussão em grupo, você poderia nos fornecer seu telefone e e-mail?

Telefone:

E-mail:

9.2 ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Estudo sobre a situação profissional dos egressos do curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Este trabalho tem o objetivo de conhecer a situação profissional dos egressos do curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde 2003/2. Para isso, pretende aprofundar algumas questões como o entendimento dos egressos acerca do Sistema Único de Saúde e como avaliam sua formação diante deste sistema e, além disso, discutir sobre os resultados obtidos com a aplicação dos questionários.

Esclarecimentos: É importante declarar que os participantes terão a liberdade de escolha em participar ou não do trabalho. Os sujeitos de pesquisa não terão suas vidas pessoais e profissionais prejudicadas com a participação neste estudo.

Procedimentos: Alguns egressos respondentes dos questionários serão contatados pela pesquisadora para o convite à participação da segunda etapa da pesquisa (pesquisa qualitativa), de acordo com agendamento de local, data e horário. Esta fase será caracterizada por um grupo focal, com um mínimo de oito nutricionistas egressos constituintes, e que irão debater sobre alguns temas presentes no roteiro elaborado pela pesquisadora (dentro do objetivo da pesquisa). Este tipo de metodologia enriquece o estudo podendo evidenciar aspectos que um estudo de abordagem somente quantitativa, com aplicação de questionários estruturados, não demonstram e/ou não respondem. O debate será gravado no intuito de evitar perda de informações; após, as gravações serão transcritas para que as falas possam ser analisadas pela pesquisadora, sendo que a identidade dos atores das falas será preservada durante análise.

Caso tiver novas perguntas sobre este estudo, a pesquisadora Mariana Dalla-Lana pode ser contatada pelo telefone 3372-1218 ou celular 9939-1676, e-mail mari.dallalana@gmail.com ou no endereço Rua Ouro Preto, 35/302.

Eu, _____
fui informado dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Recebi a informação a respeito dos procedimentos e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim desejar.

A nutricionista e pesquisadora Mariana Dalla-Lana certificou-me de que todos os dados desta pesquisa referentes aos resultados individuais serão confidenciais e terei liberdade de retirar meu consentimento de participação na pesquisa, face a estas informações.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento Informado.

Assinatura do participante

Data: ___/___/___

Assinatura da pesquisadora

Data: ___/___/___

9.3 ANEXO III – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GRUPO FOCAL

- Como você vê os resultados obtidos da aplicação dos questionários?
 - Os resultados obtidos eram esperados?
 - Possíveis justificativas.

- O que você entende sobre o Sistema Único de Saúde?
 - Você se considera inserido no SUS?
 - Qual o papel do nutricionista no SUS?

- Como você avalia a sua formação acadêmica?
 - Você tem conhecimento sobre as diretrizes curriculares que regem o curso?
 - Você acha que o curso tem cumprido os objetivos das diretrizes curriculares?
 - Você se sente preparado para o mercado de trabalho?